

ISSN 21773963

XIV Seminário do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em
Ciências da Religião e SOTER Regional 2018

1

RELIGIÃO, ÉTICA E POLÍTICA

ANAIS

**Carolina Teles Lemos
Rosemary Francisca Neves Silva**

Goiânia/2018



Programa de Ciências da Religião e Soter Regional 2018. Os textos publicados são de responsabilidade de cada autor.

Projeto Gráfico: SOTER/Soter/Regional

Diagramação: NEPE em Ciências da Religião

Capa: SOTER/ NEPE em Ciências da Religião

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Religião, Ética e Política. Carolina Teles Lemos e Rosemary Francisca Neves Silva. Publicação e-book no site PUC Goiás. ANAIS do XIV Seminário do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Ciências da Religião e Soter Regional. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião, 2018.

Periodicidade: (Anais)

ISSN 2177 – 3963

1. Religião - periódico. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião.

CDU: 2.(051)

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião Stricto Senu em Ciências da Religião

Dr. Clovis Ecco (Coordenador)
Dr. Valmor da Silva (Vice-Coodenador)

**Ensino, Pesquisa e Extensão em Ciências da Religião
Coordenadora do Núcleo de**

Profa. Dra. Carolina Teles Lemos/PUC Goiás

Soter Regional Centro-Oeste

Dra. Sandra Célia Coelho Gomes da Silva/UNEB/GEPERCS
Dr. Antônio Lopes Ribeiro/ITESC/ GEPERCS

Comissão Organizadora

Presidente:

Profa. Dra. Carolina Teles Lemos/PUC Goiás

Comissão Executiva

Profa. Dra. Carolina Teles Lemos/PUC Goiás
Profa. Dra. Rosemary Francisca Neves Silva/PUC Goiás
Dra. Sandra Célia Coelho Gomes da Silva/UNEB/GEPERCS
Dr. Antônio Lopes Ribeiro/ITESC/ GEPERCS
Doutorando Emivaldo Silva Nogueira/PUC Goiás/PROSUP-CAPES

Realização

Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Ciências da Religião
Programa de Pós-Graduação Stricto Senu em Ciências da Religião
Escola de Formação de Professores e Humanidades
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

O PROCESSO DO IDEÁRIO DE CONVERSÃO DA AMÉRICA LATINA

AILTON SOARES DOS SANTOS¹

Resumo: A conquista do continente americano foi um verdadeiro “choque” entre dois mundos diferentes, o indígena e o europeu. As consequências desse encontro deixaram marcas profundas, como as desigualdades e as injustiças sociais. Os europeus enxergavam os indígenas como seres rudimentares que precisavam de ‘salvação’. Assim, os franciscanos e os dominicanos no México e os jesuítas no restante do Novo Mundo logo perceberam que para catequizar e firmar a religião Católica só poderia fazer isto se encontrasse um forte sentimento religioso no povo. O objetivo deste artigo é procurar entender o panorama religioso no início da colonização dos povos nativos da América Latina. Para isto, foi feita uma atenta revisão bibliográfica dos principais autores que mostram o processo de conversão dos povos nativos, principalmente autores latinos americanos. Neste intuito, percebemos que dentro desse contexto histórico as armas de fogo empregadas pelos europeus e na conquista da América Latina causaram muitas mortes de indígenas; e as doenças trazidas pelos europeus mataram mais que as armas. Mas a perda da identidade causou uma ferida muito profunda na alma dos nativos.

Palavras-chave: América Latina; Nativos; Religião; Conversão.

INTRODUÇÃO

Quando Cristóvão Colombo chegou ao novo mundo, que seria hoje o nosso continente americano, em 12 de Outubro de 1492, estas terras eram habitadas por

¹ Graduado em Pedagogia e Geografia pela PUC- GO; mestrando em Ciências da Religião pela PUC – Goiás. Professor de Ensino Fundamental e EJA. Membro do Conselho Regional da Pastoral da Educação Católica (CNBB).

diferentes sociedades, cada qual com sua língua, seus costumes e modo de vida. A população nativa vivia com suas dificuldades, no entanto, com a chegada dos europeus, que eram conquistadores ávidos por riquezas, principalmente ouro e prata, eles deixaram um rastro de devastação e sofrimento para os nativos que fazem efeitos até hoje (PELLEGRINI, 2014). A conquista do continente americano foi um verdadeiro “choque” entre dois mundos diferentes, o indígena e o europeu. No entanto, quais foram às consequências desse choque de cultura para os nativos? Segundo Mignolo (2003), as consequências desse encontro deixaram marcas profundas como as desigualdades e as injustiças sociais que estão presentes na atualidade da América Latina. Assim, a identidade “latino americano”, resultou em um duplo discurso: de alocação do estado imperial filtrado até a sociedade civil e o discurso de relocação dos movimentos sociais que discordavam do primeiro discurso. Neste sentido, a independência política da América latina foi acompanhada por uma independência simbólica na imaginação geopolítica.

Ainda segundo Mignolo (2003), a América colonial não parecia um lugar em oposição à Europa, e sim um lugar de extensão colonial do ocidente, onde ameríndios e colonos sobreviviam juntos. Olhando a história de conquistas no Novo Mundo, os espanhóis conquistaram o império Asteca pelas mãos de um oficial chamado Hernán Cortez. Do mesmo modo, o grandioso império Inca foi conquistado por oficial chamado Francisco Pizarro. Todas estas conquistas os soldados europeus eram a minoria, mas venceram a maioria nativa com armas e doenças trazidas por eles (PELLEGRINI, 2014). Com toda esta devastação, como se deu o processo religioso na América Latina após a conquista desses povos europeus?

Para entender melhor vale a pena dar um enfoque no que os colonizadores principalmente os soldados e a Igreja pensavam sobre os indígenas que aqui estavam. Neste sentido, segundo Gruszinski (1992), os europeus enxergavam os indígenas como seres rudimentares que precisavam de “salvação”. Os conquistadores espanhóis eram declaradamente católicos, eles converteram casas indígenas importantes ao cristianismo. Nenhum outro povo estava acostumado a enfrentar outras religiões como os espanhóis e não enfrentar somente, mas exterminar também. Eles procuram combater o que chamavam de “idolatria” por parte dos nativos. Na visão de Pizarro, por exemplo, ele compara os ameríndios com

os mulçumanos (mouros), para tentar explicar o culto religioso desses povos que ele se deparou (GRUSZINSKI, 1992).

1 A VISÃO PIONEIRA DE SAHAGÚN

Para Hoornaert (1994), outro ponto importante para a história da “conversão” na América Latina pode-se colocar a visão pioneira dos primeiros franciscanos que chegaram ao México entre 1524 e 1575, com a figura principal de Bernardino de Sahagún. Ele nasceu na Espanha em 1499 e em 1529 entrou para a ordem dos franciscanos. Em solo mexicano, Sahagún vai estudar a língua dos nativos, como consegue resultados positivos em seu método é seguido por outros. Em 1532 os franciscanos começaram a rever os seus métodos de evangelização. Este novo plano se concretiza com a criação do colégio Santa Cruz de Tlatelolco. Segundo o mesmo autor, no colégio os franciscanos fizeram uma escolha de formar unicamente os filhos da elite mexicana para o sacerdócio. A média era de oitenta alunos em 1545, devido o fato de o colégio passar a formar a partir de então a classe leiga. O programa de ensino era basicamente de aprender latim e o náutle (língua local); não se usava muito o espanhol. O intuito era “nautilizar” e não “hispanizar” (p.397). Em 1540, Sahagún elabora uma coletânea de sermões em náutle e chegar a propor uma enciclopédia; só que no México ainda prevalecia à história oral. Outro ponto que barrou a tradução e escrita da língua dos povos mexicas foi o fato do rei Felipe II proibir os frades de escrevem o que os nativos falavam, pois era uma língua de “idolatrás”. Mesmo com esta proibição entende-se que:

Foi no colégio de Tlatelolco e na obra de Sahagún que se deu a primeira ‘vernacularização’ do evangelho na América Latina. Opera-se ‘nautilização’ dos missionários: entre ele já não impera a ideologia da evangelização paliativa e mestiçada, mas, sim o bilinguismo, a biculturalidade, o pluralismo baseado no respeito mutuo entre ambas culturas. Os mexicanos são confirmados na sua indianidade, orgulhosos de serem e permanecerem indígenas (HOORNAERT, 1994, p. 400)

Outro problema encontrado pelos europeus para a evangelização dos povos nativos, segundo Hoornaert (1994), é a catequese. O Conselho das Índias queria usar o castelhano, mas havia o espanhol em voga. Assim, em 1583 no Peru, foi decidido o uso da língua local. Mas o que ensinar aos indígenas? O concílio de Lima

dizia que: “O índio deve saber a oração do Senhor, o símbolo dos apóstolos, os dez mandamentos e deve saber exprimir algum sinal de arrependimento de seus pecados” (p.406). O primeiro bispo de Lima, Loyasa (1548) procurou minimizar as exigências de Roma. Assim para serem batizados os indígenas deveriam conhecer os pontos principais do credo, das orações e conhecer os mandamentos da fé. No terceiro concílio limense, dizia que bastava o índio saber que Deus fez o mundo todo e que Jesus Cristo é Deus e Homem ao mesmo tempo. Outra técnica utilizada, que começou com os franciscanos no México, era unir as duas tradições. Com isto, o Deus cristão é o sucessor dos deuses astecas. Essa estratégia franciscana demonstrou-se de maneira clara nos catecismos pictográficos que tiveram um sucesso popular até o século XVIII. Nesta perspectiva, os santos católicos eram representados com os “glifos”, fonéticos da língua local, o nautle. O objetivo não era criar uma nova língua, e sim substituir os conceitos “satânicos” por “divinos”. Assim, concordando com o autor, pode se entender que segundo os escritos de Sahagún, que mundo mexicano “não é em nada inferior ao mundo europeu” (HOORNAERT, 1994, p.408-417).

A EXPERIÊNCIA DE COLONIZAÇÃO HOLANDESA NO BRASIL

Outro caso importante neste processo de “conversão” aconteceu no Brasil. O que a história oficial encontrada nos livros didáticos escolares nos ensina que em 22 de Abril de 1500, uma expedição portuguesa capitaneada por Cabral pisou em solo brasileiro. No entanto, se sabe que em 1499 navegantes espanhóis já haviam visitado o litoral norte do Brasil. Com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, os portugueses insistiram em se deslocar para a linha imaginária do oeste do Novo Mundo, que dividia o novo continente entre Portugal e Espanha. Por aqui os espanhóis tiveram o primeiro contato com os povos tupiniquins que habitavam em sua maioria no litoral (PELLEGRINI, 2014). Quadros (2001) afirma que a resistência da população católica as iniciativas dos holandeses queriam converter o povo português foi duramente reprimida. Mesmo assim, o presbitério de Amsterdã incentivou várias tentativas, como a pregação em português ou em línguas nativas

para tentar essa aproximação maior aos filhos de Portugal. O mesmo autor traz um relatório do Pastor Petrus Doornick dizia que: “esta gente muito pouca inclinação para aceitar o nosso credo ou viver segundo os nossos costumes” (p.198). Logo no início da colonização os holandeses se dedicaram a evangelização povos indígenas. Em 1625, muitos índios foram levados para Holanda. Em 1629, os holandeses proclamaram o direito de liberdade dos povos indígenas:

Nenhum índio podia ser mantido em cativeiro ou trabalhar contra a vontade; e os que quisessem servir ou trabalhar para os moradores, podiam fazê-lo, com a condição de que se lhe pagassem o salário de costume (QUADROS, 2001, p. 203).

A Holanda trouxe de uma novidade em relação ao tratamento aos nativos: que os eles eram extremamente favoráveis à liberdade dos indígenas; apesar de escravizarem os negros africanos nos engenhos, nas atas analisadas pelo referido autor não se encontram denúncias sobre a escravidão indígena. No relatório de Adrien Van der Dussen diziam que havia novecentos e vinte e três indígenas, fora mulheres e crianças, que viviam em dezenove aldeias; que necessitavam de “conhecimento de Deus” (p.203). É observável que este grupo de indígenas havia sido catequizado anteriormente pelos missionários católicos. Assim, a vida dos fieis era bem diferente dos ideais pregados pelo presbitério, houve uma intensa luta para expulsar os “hereges holandeses”, que aconteceu em 1645. Com isto, pode-se perceber que a experiência de dominação holandesa demonstra uma identidade religiosa bastante plural na América Latina, tais práticas religiosas ultrapassavam as regras estabelecidas pela igreja.

RELIGIÃO POPULAR

Nos itens acima foi possível perceber um panorama do processo de conversão dos povos nativos da América Latina e sua relação religiosa com os seus conquistadores, deixando marcas positivas e negativas. Neste momento, segundo Brandão (1980), é possível perceber que a religião que se tornou popular entre os

colonos foi sem dúvida o catolicismo rústico do campesinato, o pentecostalismo tradicional, as modalidades arcaicas dos cultos afro-brasileiros e os surtos messiânicos. Mas segundo o mesmo autor, dando exemplo do interior do Brasil, que é base dos seus estudos, tudo isto se mistura, dando uma forma popular de produzir religião (p.121-122).

Para Mingnolo, (2003) a identidade religiosa do povo latino americano foi sendo construída ao longo do tempo, desde o momento da colonização e o choque de culturas (europeus e indígenas) que a sociedade americana foi sendo filtrada ao molde do que os intelectuais ocidentais planejavam. Para alcançar tais objetivos, de evangelização, os frades procuraram estudar os hábitos e costumes dos povos nativos, para assim fazer uma aproximação de melhor qualidade na abordagem da evangelização (HOORNAERT, 1994). Neste sentido, com este conflito de cultura entre os nativos e os brancos europeus, Michel Certeau (1982), a partir dos estudos de Léry, nos traz um quadro comparativo entre estes dois polos:

SELVAGEM	CIVILIZADO
<i>Nudez</i>	<i>Vestimenta</i>
<i>(festa) ornamentos</i>	<i>Enfeite (coqueteria)</i>
<i>Passatempos, lazer, festa</i>	<i>Trabalho, profissão</i>
<i>Unanimidade, proximidade, coesão.</i>	<i>Divisão, distância</i>
<i>Prazer</i>	<i>Ética</i>

Assim, segundo Certeau (1982) percebe-se que existe diferença de objetivos entre os dois povos. Para Léry, que estuda os povos tupis, em seus estudos pode-se notar que os discursos começam a se separar, a ciência se desliga da teologia e assim por diante (CERTEAU, 1982, p. 226). Pelo o que nos foi possível perceber até aqui, depois de mais de séculos de um intenso trabalho *proselitista* de padres e pastores missionários. Brandão (1980) considera baixo o número de pessoas que se

converteram efetivamente a uma igreja. Uma primeira explicação que o autor traz que estes grupos destruíram o modo de vida popular desse convertido, fazendo uma verdadeira expropriação dos seus costumes. Uma segunda explicação é a perda da sua cultura, foi inculcada a cultura erudita europeia. Com isto, pode se perceber que cada vez mais o “selvagem” se afasta do “civilizado” e que este último vai perdendo a sua identidade de forma silenciosa, mas não deixa de ser violenta. Neste sentido, percebe-se que o processo de extirpação da cultura, dos costumes e da religião dos povos nativos da América Latina influi diretamente no processo de empobrecimento que vive os países latinos americanos (BRANDÃO, p.139).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, pode se perceber que o processo de conversão dos povos nativos latinos americanos foi doloroso, como uma “extirpação”. Diante de tanta violência, a religião e os costumes dos povos nativos foi se perdendo ao longo do tempo. Incas, astecas, maias, tupinambás, tupis-guaranis, dentre muito povos que habitavam nestas terras, foram subjugados a forma de viver dos povos conquistadores; tiveram que deixar os costumes de seus antepassados para viverem em uma “cultura mais civilizada” ao modo europeu. As consequências desse encontro deixaram marcas profundas, como as desigualdades e as injustiças sociais vigentes até os dias atuais. Neste sentido, o objetivo deste artigo não foi à tentativa de esgotar o assunto sobre o processo de conversão na América Latina; percebe-se que este estudo trouxe uma vertente bastante importante para este processo.

REFERÊNCIAS:

BERNARD, Carmem E GRUZINSKI, Serge. De la idolatria: *uma arqueologia de las ciências religiosas*. México: Fondo de Cultura, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os deuses do povo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BOULOS, Alfredo Júnior. *História: O Tupi e os portugueses, encontros e desencontros*. São Paulo: FTD, 2012. Cap.12.

CERTEAU, Michael. *A etno-grafia: oralidade ou o espaço do outro*. In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

HOORNERT, Eduardo. *História do cristianismo na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Paulus, 1994.

MIGNOLO, Walter. *História locais/projetos globais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

PELLEGRINI, Marco. *História: A colonização espanhola na América*. São Paulo: FTD, 2014. Cap.9.

QUADROS, Eduardo. *Os hereges holandeses*. In: Brandão, Sylvana (org.). *História das religiões no Brasil*. Recife: Editora da UFPE, 2001.

**GERONTOLOGIA E RELIGIÃO: ÉTICA, MORAL, CIDADANIA E
ESPIRITUALIDADE COMO PROPOSTA DE (RE)SIGNIFICAR O CONCEITO DE
ENVELHECIMENTO E VELHICE**

LUIZ HUMBERTO CARRIÃO²

Resumo: O presente trabalho tem como finalidade apresentar a UNATI (Universidade Aberta da Terceira Idade) PUC – Go, em sua concepção e desenvolvimento de modelos e programas socioeducativos: atividades educacionais, sociais, culturais, científicas, de aprendizagem e convívio na terceira idade: + 60, no sentido de (re)significar o conceito de envelhecimento e velhice.

Palavras-chave: UNATI, PUC-GO, Envelhecimento, Velhice.

² Luiz Humberto Carrião é doutorando em Ciências da Religião pela PUC – Goiás.

INTRODUÇÃO

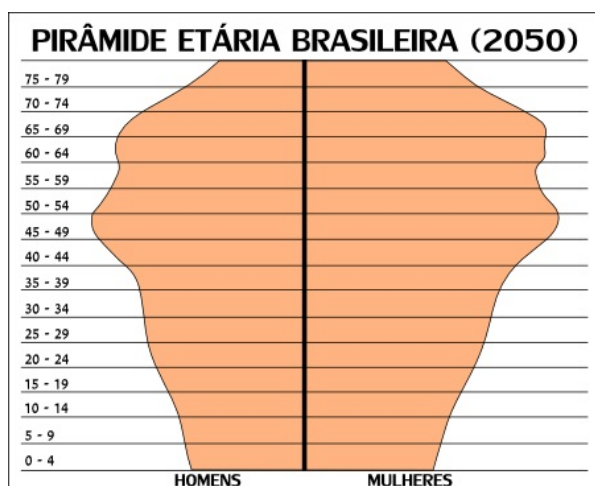
Embora esse seminário tenha sido criado com objetivo de que mestrandos e doutorandos submetam seus projetos de Dissertação e Tese à apreciação de um corpo avaliativo-orientador, solicitamos ao nosso orientador uma concessão para trabalharmos outro assunto: Gerontologia e Religião, por encontrarmos na condição de professor da disciplina Ética, Moral, Cidadania e Espiritualidade, na UNATI – PUC/GO, bem como, pesquisador e extensionista no Programa de Gerontologia Social (PGS-PUC/GO), e autor na *Coleção Gerontologia e Educação*, publicada por esta Universidade. A ideia é estabelecer um diálogo entre os referenciais teóricos com a Academia e a Sociedade.

A TERCEIRA IDADE COMO ALTERNATIVA PARA UMA SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO

O povo brasileiro há muito considera a criança como o futuro do país, deixando de lado o velho. Aliás, a idade faz com que esse velho, no Brasil, deixe de ser cidadão. Quando não adjetivado no diminutivo é considerado uma peça de museu, deixada quieta no seu canto. Com isso, não queremos dizer que a criança não tenha sua importância. Claro que sim! E como tem! Todavia, com o envelhecimento batendo à nossa porta, não podemos ficar alheios ao que nos avizinha. O país envelheceu em 20 anos o que a França o fez em 150 anos.

A expressão o Brasil é um país de jovens, ecoou nos ouvidos durante anos. A imagem do nosso país, associada a seu potencial populacional jovem, marcou décadas e mascarou o aumento da longevidade, causado, obviamente, por fatores já conhecidos: declínio das taxas de nascimentos, medidas sanitárias e avanços da ciência, em especial da Geriatria e Gerontologia. Este progresso social e científico, de certa forma, impactou a estrutura familiar, possibilitando transformações profundas na sociedade e no comportamento, sobretudo, no que se refere à velhice (TORRES e CARRIAO, 2017, p. 37).

Dados do IBGE³ estimam que no ano de 2050 a população velha⁴ no Brasil será maior que a população infantil⁵, bem como a adolescente⁶, só não superando a população adulta⁷, na faixa de 40 a 59 anos de idade.



Ao contrário daqueles que buscam arranjos na família, na sociedade ou no Estado para abrigar esse velho, faço a leitura de que esse tempo passou. Dados estatísticos mostram que esse velho terá uma participação ativa na construção e manutenção da sociedade futura. Aliás, no tempo presente, já aparece como provedor em muitas famílias. Existe uma exigência e urgência de (re)organização na família, na sociedade e no Estado, quando o assunto é envelhecimento.

Recuperar a *autonomia* do velho numa sociedade que elege culturalmente a *autonomia* como atributo fundamental, é cicatrizar uma ferida narcísica destruidora da identidade e do valor (Quaresma, 2007). *É maravilhoso observar a profundidade e a amplitude da ligação de uma pessoa de idade com a Criação, e esta só pode surgir se essa pessoa estiver disposta a se desapegar gradualmente de seu narcisismo⁸ durante toda a vida* (KORTEN, 2010, p. 64).

³ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁴ Considerada pelo Estatuto do Idoso velha a pessoa igual ou superior a 60 anos de idade.

⁵ Considerada pelo Estatuto da Criança até 12 anos de idade.

⁶ Considerada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente entre 12 a 18 anos de idade.

⁷ Considerada adulta a faixa etária entre a adolescência e a velhice (19 a 59 anos).

⁸ Aqui fazemos uma interpretação laschiana (Christopher Lasch) que utiliza o conceito psicanalítico de narcisismo para produzir um diagnóstico de nossos tempos, onde a ditadura da beleza assumiu-se como sinônimo de saúde beneficiando vários segmentos do capital. O Brasil é hoje o segundo país do mundo em cirurgias estéticas, medicamentos são vendidos como suplemento alimentar; uma academia a cada esquina não para o benefício da saúde, mas para a modelagem corporal; as drogarias possuem mais cosméticos em

No prefácio do livro *Universidade da Terceira Idade: lugar de idoso também é na escola*, publicado pela PUC/Go, 2017, escreve o magnífico reitor:

Nos estudos científicos sobre a Gerontologia e nos programas sociais da Universidade sobre a Gerontologia moram fundamentos antropológicos, éticos e espirituais, que nos pedem a intersecção de diálogos e a busca de uma verdade integral, como bem nos sugere o documento *Ex corde ecclesiae*, para as universidades católicas (AMADO, 2017, p. 9).

Nesse contexto, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/Go), constituiu no ano de 1992 e mantém como projeto permanente que integra ações do Programa de Gerontologia Social (PGS), inserido na Coordenação de Estágio e Extensão (CDEX), vinculado à Pró-reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX) a Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI), contemplando o debate, estudo e pesquisa na área de gerontologia social, aberto à Terceira Idade e a sociedade de modo geral através da extensão.

No ano de 2016, o projeto passou por mudanças no sentido de adaptá-lo à realidade brasileira e mundial, deixando de lado o chamado “BBB – Baile, Bolo e Bingo”, para a recorrente chamada, à época do nascimento da cidadania no século XVIII: a intervenção da escola na formação dos indivíduos na construção contínua da cidadania, por meio do debate entre a relação de *direitos e deveres, autonomia e participação, liberdade pessoal e de respeito ao próximo, interesses públicos e privados, desigualdade e privilégios*, no sentido de possibilitar ao velho (re) inventar sua vida a par de se preparar para intervir na resolução de problemas sociais na

suas prateleiras que remédios. Enfim, no Brasil tornou-se um verdadeiro capital. Como disse Caetano Veloso: Narciso acha feio o que não é espelho, onde espelho é uma sociedade sob a ideologia da ditadura da beleza. Ou enquadra no padrão, ou torna-se um patinho feio diante do espelho. “Quem vive no século 21 é exposto a uma verdadeira ditadura: há um modelo físico idealizado, e quem não se ajusta a ele não tem boa aceitação social. Beleza e juventude são tratadas com valores inseparáveis entre si e imprescindíveis para quem quer ter sucesso e felicidade – e ter sucesso e felicidade, segundo essas normas, é um postulado, uma afirmação que não é passível de contestação. Convém à economia baseada no consumo popularizar esse grilhão de beleza e juventude, o que leva a mídia a difundi-lo à exaustão. Dá-se a exploradora comercialização de uma imagem ilusória, perversa no âmbito do indivíduo, porque falsa: no âmbito do social, porque acirra diferenças entre classes que dispõem ou não de recursos para ter acesso a procedimentos capazes de disfarçar o envelhecimento do corpo. Valoriza-se o corpo atlético, magro, bem-acabado – embora a maioria das pessoas não seja assim – e, sobretudo, jovem, desprezando a evidência de que com o passar do tempo o corpo necessariamente envelhece! Tais valores são coerentes com uma cultura baseada em uma economia individualista e competitiva, que promove quem é produtivo, bem-sucedido, independente, bonito e... jovem (ABREU, 2017, p. 133/134/135).

condição de orientadores-mediadores a si e a outras gerações. Nessa mudança surgiu a proposta da disciplina Ética, Moral, Cidadania e Espiritualismo.

No Brasil, Programas de Educação para a Terceira Idade, surgem na década de 1945, com a publicação da Carta de Petrópolis, a criação da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Turismo e do Serviço Social do Comércio (SESC⁹), sendo esta, a primeira instituição autônoma no Brasil a promover ação fora do assistencialismo com base na caridade leiga ou religiosa, e, também, os primeiros programas de educação para a terceira idade, inspirado no modelo americano que se baseava em duas Teorias: da Atividade¹⁰ e do Desengajamento¹¹.

A ideia da Universidade de Terceira Idade¹² (UNATI) teve início na França com o professor Pierre Vellas, 1973, a partir de incomodações com a situação do velho em países da Ásia, África e América Latina, e contou com a colaboração de professores e orientandos de pós-graduação da Universidade de Toulouse, que aos poucos possibilitou espalhar-se mundo afora. Cada orientando comprou e levou a ideia para sua terra natal, ou onde se fixaria como profissional.

No Brasil, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás foi a pioneira no Projeto de Educação para a Terceira Idade nessa formatação, e tem buscado em parceria com a Rede Universidades Seniores (RUTIS) de Portugal, e, através da professora doutora e pesquisadora Lisa Valéria Vieira Torres, coordenadora do PGS/PUC/Go, diretora da Rede Internacional de Projetos Educacionais para Pessoas acima de 50 anos (RIPE), com sede em Portugal, inserir o Brasil no projeto mundial do envelhecimento e velhice brasileira.

CONCLUSÃO

⁹ Entidade voltada para os comerciários, visa o atendimento dentro de uma linha definida a seus associados, envolvendo atividades recreativas através de seus espaços país afora, e também investindo na capacitação de pessoas militantes do comércio através de cursos técnicos e faculdades, sendo uma das pioneiras na educação superior à distância (CARRIÃO, 2017, p. 28).

¹⁰ Defendia a ideia de que quanto mais ativo o idoso, maior a chance de envelhecer bem. Esta Teoria foi a que esteve em evidência junto a proposta do SESC, substituindo o trabalho pelo lazer.

¹¹ Defendia a ideia de que o envelhecimento bem-sucedido era o mútuo afastamento entre o idoso e a sociedade, quiçá, uma cadeira de balanço, um livro de palavras cruzadas, um rádio, etc..

¹² O termo Terceira Idade surgiu na França como sinônimo “da arte do bem viver” designando uma nova camada social associada ao envelhecimento ativo e independente após uma política social por parte do governo francês de aposentadoria igualada ao salário médio da camada média urbana.

Pelo visto, ainda existem tensões numa academia e em sua caixa de ressonância, a sociedade, com relação a dois aspectos importantíssimos para as décadas vindouras: a criança de um lado e o velho de outro. Ninguém em sã consciência objeta que a criança não faz parte do futuro de um projeto de sociedade, porém, com o envelhecimento a uma progressão geométrica a que se submete a civilização planetária, isto não pode ser considerado em valor absoluto, isto é, enxergar somente na criança o futuro do mundo. Dados estatísticos dão conta de que em breve a população + 60 (mais de 60 anos) será maior que a – 30 (menos de 30 anos). E isso, requer uma discussão de como chegar lá, porque nesse momento os velhos serão maioria, e, por conseguinte, na condição de gestores do mundo, determinando sobre o modelo desse mundo, inclusive de como educar e instruir essas crianças. É necessário pensar em um modelo humanístico de educação e instrução, e não, em um modelo estatal ou ideológico, simplesmente. Já discutem eliminar de currículos disciplinas de humanidades, o que interessa são as tecnocientíficas. Um exemplo apenas. Daí a proposta de discussão de uma *educação permanente* na construção de uma sociedade para todas as idades.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Célia de. *Velhice – uma nova paisagem*. São Paulo. Ágora, 2017.

IBGE. *Pirâmide Etária Brasileira (2050)*. Acessado em 12/06/2018. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/piramide-etaria-populacao-brasileira.htm>

KORTEN, David C. *A grande Virada: do império global à Comunidade da Terra*. São Paulo: Cultrix, 2010.

QUARESMA. In NERI, Anita Liberalesso (org). *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na Terceira Idade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC, 2007.

TORRES, Lisa Valéria e CARRIÃO, Luiz Humberto. *Universidade da Terceira Idade: lugar de idoso também é na escola*. Coleção Gerontologia e Educação, Vol. 1. -- Goiânia/Go: Editora PUC-Go, 2017.

WANDERLEY, A. A. Ribeiro. *Narcisismo Contemporâneo: uma abordagem laschiana*. Acessado em 12/06/2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250988535_Narcisismo_contemporaneo_u_ma_abordagem_laschiana

DEMOCRACIA SACRALIZADA REPRESENTATIVA NO BRASIL. ANÁLISE TRANSVERSAL (2014 A 2018) DAS AÇÕES DA BANCADA EVANGÉLICA

EUMAR EVANGELISTA DE MENEZES JÚNIOR¹³

O presente escrito é um ensaio primário à construção de uma tese que será defendida no Programa de Pós Graduação *Stricto Senso* em Ciências da Religião, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUCGO, iniciada no ano de 2017 com término previsto no ano de 2020. De forma interdisciplinar, a partir da abordagem de pontos históricos, social, político e religioso no Brasil e da investigação das ações políticas evangélicas de modo transversal (2014-2018) no sistema bicameral brasileiro, o texto é fruto de uma comunicação apresentada no Grupo de Trabalho ‘Religião e Movimentos Sociais’ inscrito no XIV Seminário o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Ciências da Religião – NEPECR e SOTER Regional, ocorrido em junho de 2018 na PUC Goiás.

Dos resultados da comunicação (apresentação, críticas e opiniões) e dos estudos realizados foi possível extrair e apresentar um formato a Democracia instalada no Brasil (2018) que defendo ser - Sacralizada e Representativa preenchida da participação de evangélicos pentecostais e neopentecostais. Do formato defendido, resalto que ele resulta de uma investigação sistêmica em teses defendidas nos últimos (25) vinte cinco anos no Brasil, listando em específico: Paul

¹³ Doutorando do programa de Ciências da Religião da PUCGO. Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (UniEVANGÉLICA). Bacharel em Direito.

Freston (1993-UNICAMP); Alexandre Fonseca (2002-USP); Saulo Baptista (2007-METODISTA); e Osiel Carvalho (2016-METODISTA).

Esclareço que por se tratar de um ensaio, os resultados aqui apresentados são preliminares, produto que não esgota a agenda da tese, sendo momento para serem apresentados alguns pontos para o formato da Democracia no Brasil, em meio a uma fase neoliberal.

Como Cientista da Religião e Jurista, inquietado e em busca de respostas racionais no ocidente, falando em Estados Modernos e em seus formatos de Governo, investigo a participação de grupos religiosos (evangélicos) no Poder Legislativo e o uso da religião como poder administrativo, fato que reputo ser social, político e religioso presente no campo brasileiro.

A participação de grupos religiosos na política deu origem a formação de uma Bancada Evangélica, presente no recorte transversal listado no trabalho, sendo seu marco originário a marcha inscrita na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. Dos dados colhidos e analisados de teses, artigos publicados em periódicos, de fontes históricas inscritas nos séculos XX e XXI, de documentos - informações acessadas do arquivo da Frente Parlamentar Evangélica (GAPE – Brasília/DF), escrevo que o sistema bicameral brasileiro está preenchido atualmente (2018) pela participação política evangélica de 204 (duzentos e quatro) parlamentares, de congregações diversas.

A bancada instalada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal formalmente preenchida e presente no sistema brasileiro é força, poder administrativo funcional – legal que emana poder representativo do povo, que desenha a dita, declarada e defendida Democracia Sacralizada Representativa.

Para melhor compreensão do leitor descrevo que a religião provocou transformações sociais e sofreu com elas ao longo dos últimos séculos. Baseado nos ensinamentos do historiador Boris Fausto (1995) e do Cientista Político Francisco Itami Campos (2003), descrevo que o processo histórico inscrito de 1500 a 1988 no Brasil é meio responsável pela inserção do grupo religioso (evangélico) no sistema bicameral político brasileiro. A religião se fez força e poder em tempos remotos estando presente no espaço público brasileiro desde a colonização – Regime do Padroado Régio.

Historicamente o Brasil esteve sujeito a um regime de governança monárquico, estando totalmente submisso ao colonizador, que o fez colônia de Portugal e que firmou um tratado entre Igreja e Estado. Dessa fase monarca saltando para o período republicano, o que de fato é a base modificadora socialmente falando, atingindo a Democracia e a formação da Bancada Evangélica, foi instaurado uma forma republicana presidencialista de governo no Brasil e por plano político foi estruturado um governo provisório.

O descrito processo histórico foi passo importante à instauração de um sistema bicameral no Brasil que fora inscrito social, político e economicamente, fato que desencadeou já dois anos depois a outorga da Constituição Federal de 1891 e propiciou ao longo das décadas a outorga de outras até ser promulgada a Carta Maior de 1988.

O texto constitucional de 1988 baseado no ideal levantando em 1889, edificou um período de re-democratização no Brasil, enquanto nação liberal, onde o povo, passaria a estar ligado intrinsecamente e extrinsecamente ao Estado e a Soberania. Com contornos jurídicos abarcando o Estado Democrático de Direito, a Constituição Federal de 1988, no parágrafo único do artigo primeiro escreveu e tratou ser Direito Fundamental que 'todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente'. Noventa e nove anos após a proclamação da república a democracia instalada no Brasil esteve inscrita de forma fundamental numa constituição, de onde parte o ideal de representatividade que escrevo nesse ensaio.

Sobreposto a contornos jurídicos a democracia e o sistema bicameral instalado de forma representativa em campo brasileiro firma que o cidadão brasileiro pode votar e ser votado, ter livre participação política, ser sujeito de direitos, preenchido de autonomia e liberdade.

Concentrando esforços a partir da história, somando estudos realizados no campo social e jurídico, listo que no Brasil foi instalado e se mantém uma Democracia Representativa desde o ano de 1988 quando da promulgação da Constituição Federal após a convocação e os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. *A democracia se fez ponte à conquista de Direitos Fundamentais ligados ao ser humano, sejam-nos: liberdade individual, autonomia e igualdade.*

Da análise dos textos literários escritos pelo filósofo político e jurista Bobbio que se ocupou da história do pensamento político no Ocidente, identifiquei a melhor expressão à democracia nos Estados Modernos e em especial ao Brasil. A partir de Bobbio identifiquei que no Brasil, a democracia esteve 1889 [...] - direta ou pura e, está associada 1988 [...] - a forma indireta ou representativa.

Bobbio considerado o último iluminista europeu que acreditava que a razão era o único instrumento de salvação para humanidade, descreveu que a experiência social dos Estados Modernos com a democracia não poderia ser associada a interesses particulares e às agremiações partidárias. A democracia, essencialmente perfeita, opera em nome do povo para serem tratados assuntos e a proteção das maiorias sem desmerecer as minorias, mantendo a igualdade aos iguais as desigualdades aos desiguais na medida que as diferenças os diferenciam.

O formato de democracia brasileira, até então controlada por um colégio eleitoral com voto indireto e sucessivamente colocado na história ao controle de bispos, reis, militares, ex-militares, líderes tradicionais e legais, passou a vivenciar um fenômeno sócio – religioso que já o identifiquei no início e agora reitero, ‘participação de evangélicos no sistema bicameral brasileiro’. A religião por ações de religiosos passaria então a ocupar o espaço público, isto é, passariam a colocar representantes religiosos para a ocupação de cargos políticos – decisivos no plano democrático brasileiro.

Os evangélicos até então afastados das ações políticas no Brasil, passaram após a constituinte de 1987-1988 a terem uma participação significativa, uma relação harmoniosa, que formou um novo espaço social e político, onde e quando eles - representantes na esfera política, foram eleitos representantes do povo.

O *pentecostalismo formou alianças*, Estado, Religião e Política passaram a estar conexos a partir de 1985, sendo a religião força administrativa no Poder Legislativo. Um novo retrato foi capitaneado onde a força religiosa passaria a estar firmemente ligada à forma política – decisiva. É a partir desse fato, que defendo - foi inscrita uma democracia representativa que se tornou sacralizada no Brasil, fato retratado após a constituição de 1988 que desencadeou um retrato aos anos posteriores até evidenciar os contornos identificados entre os anos de 2014-2018.

Do fenômeno identificado em campo sócio – político religioso brasileiro que formata uma Democracia Representativa Sacralizada venho concentrando esforços para que sejam evidenciadas ações que ora enfraquecem ou fortalecem a democracia no Brasil, a partir da análise das ações políticas de estado projetadas pelos políticos evangélicos, o que será gravado e defendido na tese.

Certo de que religiosos - evangélicos formam uma bancada na Câmara dos Deputados (Poder Legislativo Brasileiro / 2014-2018) e que estão ligados a congregações emergentes, Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus e outras, no exercício de suas funções identifico em pesquisa com mais de 2000 (duas mil) páginas colhidas e recheadas de informações, que eles apresentaram nos últimos quatro anos projetos de lei e votaram contra e favor de projetos apresentados manifestando sobre temas polêmicos, tais como: aborto, casamento homoafetivo, organização criminosa, guarda compartilhada, reforma trabalhista, reforma do processo civil, reforma do processo penal e etc.

Em síntese, com o plano sistêmico da pesquisa, da descrição do processo histórico, dos resultados preliminares alcançados, aponto que se os *evangélicos eleitos pelo povo nas eleições de 2014 que cumprem mandatos quatrienais enquanto representantes, estiverem envaidecidos com interesses particulares e de congregações religiosas e às agremiações partidárias, haverá um enfraquecimento da democracia no Brasil.*

Se os deputados evangélicos são representantes do povo, a partir da democracia representativa idealizada, eles não podem estar vinculados aos interesses particulares da agremiação partidária, *pois* via de regra, a Constituição Federativa do Brasil de 1988 contempla a proibição do mandato vinculado a interesses particulares. Todavia, o que se vê no Brasil dos últimos quatro anos é uma variável violação de tal regra, os representantes eleitos por uma determinada congregação evangélica acabam por estar vinculados aos interesses particulares da agremiação partidária pela qual se elegeram ou a outros interesses ainda mais particulares.

Abro aqui um parênteses no contexto, para registrar que a participação evangélica fortaleceu a democracia no Brasil, isso quando da formatação da constituinte de 1988, onde e quando os interesses giraram em torno da preservação

da liberdade religiosa, de uma força de contenção da aliança entre a Igreja Católica, da luta por um modelo de família cristã, pela luta contra a contemplação da liberação das drogas e do aborto. Essas diretrizes escreveram uma história de glória a Bancada Evangélica que trabalhou pela maioria enquanto representação e política e esforçou-se pela defesa de minorias e de desigualdades.

Os políticos que formam a bancada na câmara brasileira (2014-2018), ditos evangélicos, seus partidos, as coligações, respectivamente a cada um os projetos elaborados e suas manifestações respectivas em projetos apresentados a voto na câmara, dão abertura a partir de suas ações políticas à promoção da presente investigação do fenômeno, pois percentual significativo deles 70% que restará provado na tese, promovem ações políticas ligadas a mandados *imperativos, vinculados a interesses particulares e a agremiações partidárias*.

Da realidade encontrada, do ensaio da existência de uma democracia representativa sacralizada no Brasil onde o poder é escamoteado pelos mandatários e se há cidadãos mal educados para as regras do jogo democrático, se for confirmada na tese, vários serão os motivos para dizer que a democracia no Brasil está enfraquecida pela participação dos evangélicos.

REFERÊNCIAS

BORIS, Fausto. *História do Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Editora da USP, 1995.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Congresso Nacional. Brasília – DF.

CAMPOS, Francisco Itami. *Ciência Política*. Goiânia: Kelps, 2003.

BOBBIO, Norberto Bobbio. *The Future Of Democracy*. 1986

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 15ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FRESTON, Paul C. *Evangélicos e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Campinas. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, mimeo, 1993.

FONSECA, Alexandre B. C. da. *Secularização, Pluralismo Religioso e Democracia no Brasil*. Tese (2002) Sociologia - USP

BAPTISTA, Saulo de Tarso Leonildo Silveira Cerqueira. *Cultura Política Brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais*. Tese (2007) Filosofia – Universidade Metodista de São Paulo.

CARVALHO, Osiel Lourenço de. *(In) versões político-escatológicas no pentecostalismo brasileiro: uma análise da posição e ação política das Assembleias de Deus de 1930-1945 e 1978-1988 a partir do jornal Mensageiro da Paz*. Tese (2016) Ciências da Religião – Universidade Metodista de São Paulo.

**NO MOVIMENTO DAS ONDAS, AS CONCHAS SE ABREM E SE FECHAM:
ETNOGRAFIA SOBRE O PERCURSO DE JOVENS FEMINISTAS CRISTÃS NO
CIBERESPAÇO**

FLÁVIA VALÉRIA CASSIMIRO BRAGA MELO¹⁴

RESUMO EXPANDIDO

Este texto pretende apresentar componentes de uma pesquisa de campo que está em curso¹⁵, trata-se de um estudo sobre um lugar frequentado no ciberespaço por um grupo de mulheres, que se autodenominam feministas cristãs. O lugar desta pesquisa etnográfica será chamado de ‘Pulo das Gatas’¹⁶ (nome fictício) e não está sendo pensado como um coletivo homogêneo, nem singular, mas como um lugar com identidades híbridas (ARANTES, 1994), produtor de espaços outros e cheio de inquietudes, lembrando do que Foucault (2013, p. 116) abordou sobre “heterotopia”, ou seja, um lugar frequentado por uma juventude cristã plural, com subjetividades

¹⁴ Doutoranda em Antropologia Social (UFG) e mestre em Ciências da Religião (PUC – Go). Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Faculdade Nossa Senhora Aparecida (FANAP). E-mail: flavia_valeria@yahoo.com.br. Professor Orientador: [Flávio Munhoz Sofiati](#).

¹⁵ [Trata-se do objeto de estudo da pesquisa de doutorado da autora, alguns elementos apresentados nesse texto estarão na sua tese.](#)

¹⁶ Escolhi o nome ‘Pulo das Gatas’ como uma metáfora à expressão Pulo do Gato. Usarei o gênero feminino no plural, para me referir às estratégias que as mulheres do contemporâneo (não no sentido universal) estão utilizando no ciberespaço para ousar, ou pelo menos tentar ousar desobedecer à dominância masculina em suas igrejas.

ímpares, que ao mesmo tempo se une no ciberespaço em suas “multivocalidades” e ‘multilocalidades” (RODMAN, 2003) para criticar suas denominações religiosas, evocar seus direitos enquanto mulheres, indo na contramão de um mundo cristão minado pelo combate à “ideologia de gênero” e ao direito da mulher sobre o seu próprio corpo, em que valores evocados pela “bancada da Bíblia” (espíritas, católicos e evangélicos) contrariam os direitos destas mulheres, principalmente no tocante ao que acontece com os seus corpos e a tomada de decisão sobre eles.

É possível perceber que na autodescrição deste grupo – Pulo das Gatas - elas se intitulam cristãs, embora deixem claro que mulheres de outras religiões sejam bem-vindas. Elas indicam ser um coletivo juvenil desigual e desinstitucionalizado (GROPPO, 2015; REGUILLO, 2016). Dessa forma, o *Facebook* demonstra ser também um lugar para acolher suas superposições, pois ele abarca muito mais que meros mosaicos, permitindo que zonas simbólicas de transição entrem em movimento (Arantes, 1994). Assim, o feminismo para estas jovens cristãs é algo que elas apreciam e se interessam, desse modo, a teologia feminista vai sendo delineada a partir dessa construção coletiva, sendo fortalecida por suas intersecções.

É importante observar que a teologia feminista discutida neste coletivo aponta para debates enviesados pelos protagonismos das mulheres nas histórias bíblicas. Em algumas postagens, elas lançam luzes sobre acontecimentos bíblicos invisibilizados pelas lideranças masculinas das igrejas, subvertendo a reflexão tradicional, desse modo, elas recriam outras interpretações destes trechos, e, assim, vislumbram casos de militância feminista nestes contextos. Elas mencionam, por exemplo, a passagem de um livro do Antigo Testamento, que é o texto de Números capítulo 27 (versículos 1-11), que relata a história das cinco filhas de Zelofeade, que pelo fato de serem todas elas mulheres, ao ficarem órfãs do pai, elas não teriam direito à herança, e, por isso, recorrem à Moisés o direito à herança. Moisés fala com Deus e depois lhes concede o pedido, embora a tradição daquela época orientasse sobre o contrário. Elas também mencionam sobre Jesus como um personagem pró-feminista e lembram que ele valorizava mulheres que eram discriminadas naquela época, alegando que ele tenha lutado contra a opressão de mulheres em variados contextos. Elas também participam de projetos nas redes sociais que buscam

visibilizar e reinterpretar (pela ótica feminista) histórias de mulheres bíblicas como a Rainha Vasti (encontrada no livro de Ester), Concubina de Juízes 19, a prostituta Raabe (livro de Josué), e outras.

Enfim, a abordagem metodológica deste estudo está sendo pautada na etnografia virtual. Alguns antropólogos preferem chamá-la de antropologia da cibercultura, ou do ciberespaço (ESCOBAR 2016; RIFIOTIS, SEGATA, 2016). A abordagem multissituada proposta por George Marcus (2001) influenciou bastante na decisão sobre a não realização de uma pesquisa de campo inteiramente *online*. Desse modo, sob o mesmo intuito de realização da observação participante, decidi também seguir os percursos de algumas mulheres do Pulo das Gatas em outros coletivos e eventos que elas participam *online* e também nos encontros *off-line*. Isso tem sido possível, porque elas divulgam e convidam outras mulheres a participarem de eventos que irão participar.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O ciberespaço é um ambiente ideal para quem interessa estudar contradição e assimetria, por isso, seguramente, outras formas de manifestação do pensamento feminista na América Latina também circulam por lá. Até onde consegui observar (pois a pesquisa está em processo), reparei que embora estas mulheres sejam portadoras de um “espírito moderno”, envoltas por inúmeras “experiências do mundo urbano”, elas não se enquadram no pressuposto abordado por George Simmel (2005a) do “sujeito blasê”, visto que elas não estão indiferentes aos contextos de opressão da vida religiosa, nem estão apáticas com suas agendas, nem céticas em relação às suas evocações feministas e aos lugares de empoderamento (Rodman, 2003). E, mesmo desencantadas com suas igrejas, elas são resistentes, pois não querem abrir mão nem da fé, nem do direito de serem feministas, mas elas conciliam as duas coisas, recriam suas visões de mundo e constroem táticas para praticarem o que querem naquele espaço, modulando-o como uma concha, zigue-zagueando suas categorias êmicas e tecendo aquilo que elas compreendem por feminismo e cristianismo, e, assim, elas vão construindo e desconstruindo coisas e guardando

segredos umas das outras. Metaforicamente falando, O Pulo das Gatas possui muitas gavetas e cofres que estão sendo usados para guardarem muitos diários e muitos segredos (Bachelard, 1993).

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio A. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, n.º 23, 1994.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ESCOBAR, Arturo. *Bem-vindos à cyberia*: notas para uma antropologia da cibercultura. In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (orgs). Políticas etnográficas no campo da cibercultura. Brasil: Joinville : Editora Letradágua, 2016. p. 21-66.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. *Estudos avançados*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), v. 27, n.º 79, 2013.

GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio*: uma fenomenologia feminista do mal. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GROPPO, L. A. *Teorias pós-críticas da juventude*: juvenilização, tribalismo e socialização ativa. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*. 2015. p. 567-579

HUNT, Mary E. O que sabíamos, o que sabemos e o que saberemos sobre religião e sexualidade. In: SOUZA, Sandra Duarte de; SANTOS, Naira Pinheiro. *Estudos feministas e religião*: tendências e debates. Curitiba: Editora Prismas, 2015. vol. 2.

LUGONES, Maria. *Rumo a um feminismo descolonial*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 935-952, setembro-dezembro/2014.

MARCUS, George E. *Etnografia en/del sistema mundo*. El surgimento de la etnografia multilocal. *Revista Alteridades*, Distrito Federal, México, v. 11, n. 22, p. 111-127, jul/dec 2001.

REGUILLO, Rossana. *Culturas juveniles*: formas políticas del desencanto. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

RODNAN, Margaret C. 2003. *Empowering Place*: multilocality and multivocality. In: LOW, Setha; LAWRENCE---ZÚNIGA, Denise. 2003. Locating Culture. *The Anthropology of Space Anda Place*. BlackwellPublishing.

SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (orgs). *Políticas etnográficas no campo da cibercultura*. Brasil: Joinville : Editora Letradágua, 2016.

SOUZA, Sandra Duarte de. Estudos feministas e religião: percursos e desafios. In: _____; SANTOS, Naira Pinheiro. *Estudos feministas e religião: tendências e debates*. Curitiba: Editora Prismas, 2015. vol. 2.

SIMMEL, Georg. *As grandes cidades e a vida do espírito*. Mana. vol. 11, n. 02, Rio de Janeiro, 2005a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010>. Acesso em: 12 jan. 2018.

SUICÍDIO: REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS E A SUA RELAÇÃO COM A RELIGIÃO

THAIS ALVES MARINHO¹⁷

GERUZA SILVA DE OLIVEIRA VIEIRA¹⁸

Resumo: Introdução: o trabalho possui como vertente principal a análise do ato do suicídio a partir de algumas reflexões sociológicas e sua relação com a religião. Têm-se algumas possibilidades de tendências teóricas que foram absorvidas com o intuito de pensar o suicídio a partir de debates já iniciados em algumas ciências, com pretensões interdisciplinares. Justifica-se a pesquisa em desenvolvimento, inicialmente pela intenção em refletir sobre o Suicídio - contemplando a ideação e tentativa de suicídio, um ato que vem se naturalizando ao longo do tempo e com índices intensificados particularmente no Brasil e também no Estado de Goiás – de forma científica. Considera-se uma discussão importante ao tratar a temática de

¹⁷ Pós Doutora e professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião e coordenador do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da PUC Goiás. thais_marinho@hotmail.com

¹⁸ Pós-doutoranda. Doutora em Sociologia. UFMT/ICHS. geruza.vieira.ufmt@gmail.com

forma científica e cada vez mais isenta de análises apaixonadas, emotivas ou intuitivas apenas, além de expressar a importância de se pensar na morte relacionada ao modo como vivemos. Objetivos: Compreender o suicídio a partir de reflexões sociológicas e sua relação com a Religião. Como metodologia principal utilizada para este trabalho tem-se a pesquisa bibliográfica com consultas a livros e artigos especializados. Resultados: a reflexão desenvolvida resultou-se em diálogos interdisciplinares a respeito da relação possível entre suicídio e religião, com proposições diversificadas encontrando-se no discurso sobre a religião a sua percepção como fonte de moral ao indivíduo e prevenção ao suicídio, bem como, origem de modelos explicativos sobre a realidade social em sua racionalidade. Conclusão: o trabalho apresenta um debate inacabado, permeado de pensamentos fundamentados em modelos teóricos metodológicos abrangentes, os quais direcionam pensar suicídio e religião de forma científica e fomenta espaço para demais discussões.

Palavras-chave: religião; suicídio; moral.

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho propõe analisar o ato do suicídio a partir de reflexões sociológicas e sua relação com a religião. Seguem algumas possibilidades de tendências teóricas que serão absorvidas com o intuito de pensar o suicídio a partir de debates já iniciados em algumas ciências, com pretensões interdisciplinares. Justifica-se a pesquisa em desenvolvimento, inicialmente pela intenção em refletir sobre o Suicídio - contemplando a ideação e tentativa de suicídio, um ato que vem se naturalizando ao longo do tempo e com índices intensificados particularmente no Brasil e também no Estado de Goiás – de forma científica.

METODOLOGIA

Metodologia de forma ampla é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática. Indica os caminhos que serão percorridos para se alcançar os objetivos da pesquisa e responder aos problemas levantados. (PIETRAFESA, 2006). Na proposta para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica, numa perspectiva dialética de raciocínio.

RESULTADOS

Frente à realidade verificada através de dados disponibilizados a respeito do cenário do Suicídio no Brasil e no Estado de Goiás, percebe-se que se trata de um objeto de grande complexidade analítica, pois, apresentam-se várias motivações e possibilidades para que se realize. Para fins deste trabalho, o Suicídio, fato real existente entre nós, será refletido à luz de algumas percepções sociológicas e outras, já que, temos tanto elementos psíquicos, como sociais: culturais, econômicos, políticos, financeiros, como incentivadores. Ainda, neste trabalho, a religião é uma categoria que está sob análise no sentido de verificar em que medida ocorre sua relação com o Suicídio, levando em conta a sua ideação e a tentativa, bem como, a compreensão da qualidade desta relação. O viés interdisciplinar para as reflexões será fundamental.

Iniciamos com a percepção sobre o suicídio por Meleiro e Bahls (In: MELEIRO, TENG E WANG, 2004) os quais apontam que na França em 1734 a palavra suicídio foi utilizada pelo abade francês Desfontaines para designar o assassinato ou a morte de si mesmo. Ainda cita Sheneidman (1986) que atribui à palavra suicídio seis dimensões de significado: a iniciação do ato que deflagrou a morte; o ato em si que levou a morte; o desejo ou a intenção de autodestruição; a perda da vontade de viver; a motivação para estar morto e o conhecimento do potencial do ato de levar a morte. Indicam que a Associação de Psiquiatria Americana (APA) definiu o suicídio como a morte auto-infligida, porém requer que a

mesma seja acompanhada de evidencia tanto explícita quanto implícita, de que a pessoa pretendia morrer. Uma percepção de difícil constatação, posto que, muitas vezes, não se saberia de fato, qual foi o real motivo pelo qual o indivíduo cometeu o ato.

Ao longo da Antiguidade clássica e desenvolvimento da idade média a hostilidade ao suicídio tendo origem satânica intensifica-se, vindo tanto da Igreja – com sua moral cristã - como dos senhores feudais, sendo que, ambos necessitavam dos escravos e colonos vivos, como força de trabalho. Nesse sentido, a Igreja passa a conduzir a existência humana e ao mesmo tempo, direciona o recuo da liberdade Humana. Ter-se-á uma sistematização das bases teológicas sobre a interdição ao suicídio. Muitas penalidades serão colocadas àqueles que praticarem o ato como forma de prevenção: a ideia era de que o cadáver do suicida seria possuído pelos maus espíritos e dessa forma deveriam proceder a rituais com o intuito de paralisar o corpo do morto e mutila-lo para assim torná-lo impotente, como na França em Lille, o morto era ser arrastado até a forca e depois pendurado, caso homem e mulher era queimada. Algumas tendências vindas de filósofos gregos figuravam o suicídio como expressão da liberdade humana, já que esta seria o valor supremo do indivíduo, sendo a vida passível de ser mantida se fosse de fato um bem para o indivíduo, outras linhas de pensamentos filosóficos desta época atribuíam ao suicídio um ato negativo, ao considerarem o homem como ser social, portanto, alguém que deveria desempenhar papéis para com a Cidade e não satisfazer seus próprios interesses.

A fase do Renascimento traz consigo inquietações que contribuíram para a emergência do suicídio. Serão questionamentos, dúvidas, expressas pelo capitalismo que possibilitará maior liberdade do indivíduo em suas escolhas; trará o aumento do isolamento e declínio das práticas corporativistas e comunitárias; o protestantismo estimulará a reflexão religiosa pela interpretação pessoal das escrituras; as atividades econômicas ficaram fragmentadas e o profissional mais solitário em sua função. Alguns intelectuais e médicos analisaram o suicídio, nesta época, a partir da melancolia apenas. Este pensamento levanta a ideia do suicídio como uma doença e não um pecado satânico. Agora, percebe-se uma fase de dessacralização e despenalização do suicídio junto ao contexto da Reforma Protestante e pensamentos modernos, bem como, às inserções de pensamento

provocadas pelos ditos de uma tragédia sobre HAMLET, príncipe da Dinamarca, em uma peça escrita entre 1559 e 1601 por Wilhian Shakespeare. (WANG E KURCGANT In: MELEIRO, TENG E WANG, 2004)

Adentra-se nesse momento em epistemes sociológicas e outras reflexões sobre o suicídio e religião. Iniciamos com Émile Durkheim, sociólogo francês, o qual tem sua produção intelectual muito marcada dentre várias concepções, pelo positivismo, método positivo apoiado na observação, indução e experimentação, como faziam os cientistas naturais, por ora, usado para compreender os fenômenos sociais. Este pensador vivencia o contexto de uma Europa em guerras com possibilidades de modernização, sendo sua produção uma expressão deste cenário, de muitas desestabilizações e mudanças, entre valores e instituições sendo corroídos, mudados e outras formas emergentes surgindo sem uma real configuração. Émile Durkheim Verifica o aumento do suicídio neste cenário e o define como: “todo caso de morte que resulte direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, sabedora de que devia produzir esse resultado” (O SUICÍDIO, 1982, p 16).

O fato Suicídio é compreendido por este sociólogo como um fato *sui generis*, ou seja, um fato novo com unidade e individualidade, com natureza própria, a natureza social, considerando não somente um suicídio, mas um conjunto de suicídios realizados em dada estrutura social durante um dado espaço de tempo. (O SUICÍDIO, 1982). As causas imediatas do Suicídio serão ressonâncias do estado moral da sociedade, sendo, portanto, objetivas, exteriores aos indivíduos, são tendências coletivas, forças tão reais quanto as forças cósmicas, embora de outra natureza. A coesão dos indivíduos pelas Instituições, sua intensidade no laço moral construído em seu grupo religioso, a solidez dos laços que a unem à sua família, ou mesmo a força dos valores e sentimentos que a vinculam à sociedade política, contribuíram para preservá-la de cometer o Suicídio. Nesse sentido, estas instituições poderiam exercer sobre o fato Suicídio uma influência moderadora. Exercem função como uma barreira de proteção. O autor considera, por exemplo, que os grupos religiosos minoritários, que precisam lutar contra a hostilidade e intolerância de outros, acabam por exercer controle e disciplina mais severos e,

portanto, submetem seus membros a uma maior moralidade, o que faz a taxa de suicídio reduzir. (QUINTANEIRO, 2011).

A integração desenvolvida na sociedade mantém os indivíduos sob sua dependência, não permitindo a estes indivíduos viverem conforme a si mesmos e aos seus únicos interesses. A sociedade coloca-se com uma força coletiva que será um obstáculo ao indivíduo. Caso o indivíduo se distancie desta dependência, e o laço que o une à sociedade se afrouxe, poderá desenvolver uma individualização e um dos tipos de suicídio apontados por Durkheim, chamado egoísta. Elementos como, a depressão, a melancolia, sensação de desamparo moral, provocados pela desintegração social tornam-se, segundo Durkheim causas deste suicídio. A moral é um elemento nestes termos que possibilita a análise do Suicídio como ato consumado ou não, ou seja, as paixões humanas só iram se deter frente a um poder moral que elas respeitem. Freud (1996) nos passa a reflexão sobre a moral relacionada às imposições que a Civilização proporá ao indivíduo ao compreender que, as pessoas acabam por obedecer às proibições culturais pela coerção externa aplicada, e é exatamente esta a eficácia da coerção: quando fica temida, quando “ao que é conhecido como sendo as exigências morais da civilização, que, do mesmo modo, se aplicam a todos”. (FREUD, 1996, p. 21)

Outro pensador, Karl Marx nos ampara com distinta forma de entender o fenômeno do Suicídio, apontando-o como uma “classificação dos males da sociedade burguesa moderna” (2006) retirada da publicação de um artigo enquanto esteve exilado em Bruxelas – Peuchet: sobre o suicídio, composto em sua maior parte de uma seleção e tradução das Memórias de Jacques Peuchet, ex-arquivista, policial francês, o qual nos apresenta uma “crítica social francesa às condições de vida moderna, sobretudo às relações privadas de propriedade e às relações familiares” (MARX, 2006, p. 15). O suicídio seria um sintoma de uma sociedade doente com necessidades de transformações radicais.

CONCLUSÃO

A percepção Freudiana, vinda da psicanálise com reflexões sociais, apresenta a relação entre indivíduo e sociedade, onde a civilização e a sexualidade coexistem

quase sempre em conflito deixando exposto que a repressão e a sublimação dos instintos sexuais, como sua canalização para o trabalho constituirão as principais causas das doenças psíquicas desta época. Revela que a condição moral de obediência imposta pela Civilização trás consigo a possibilidade de produzir hostilidades entre os indivíduos que se sentiram oprimidos e a impulsão de revoltas contra ela, pela sua pressão exercida, pelas superações constantes ao instinto humano, às forças da natureza, a quantidade de limitações. Surgem da própria civilização as fontes de sofrimento, que mantém seus objetivos claros: proteger os homens contra a natureza e os ajustar aos seus relacionamentos mútuos. (FREUD, 1996) e a religião se desenvolverá, assim como, as civilizações, com a tentativa de dar ao indivíduo possibilidades de superação das forças esmagadoras superiores da natureza.

As ideias religiosas de forma geral são mantidas como o “mais precioso bem da civilização”, “são muito mais altamente prezadas do que todos os artifícios para conquistar tesouros da terra, prover os homens com o sustento, evitar suas doenças, e assim por diante” (FREUD, 1996, p. 28 e 29) tendo sua origem psíquica expressas como ensinamentos: “ilusões, realizações dos mais antigos, fortes e prementes desejos da humanidade” (FREUD, 1996, p. 30 e 39). Para Freud, a religião seria uma espécie de aprisionamento e empecilho ao desenvolvimento humano, mas que, serve a este homem como “um sistema de doutrinas e promessas que, por um lado, lhe explicam os enigmas deste mundo com perfeição invejável, e que, por outro, lhe garantem que uma Providência cuidadosa velará por sua vida e o compensará, numa existência futura, de quaisquer frustrações que tenha experimentado aqui.” (FREUD, 1996, p. 56) Esta providencia é comparada a um Pai com imenso poder que entende as necessidades dos homens. A religião, portanto, consegue poupar muitos de neuroses individuais, e oferece ao indivíduo que sofre na Civilização, “caminhos para aquisição da felicidade e da proteção contra o sofrimento”. Interessante verificar na análise feita por Freud que ele reflete os avanços conquistados pelos indivíduos através da Civilização, mas concomitante observa que, a felicidade não foi desenvolvida entre eles, pois, assim que houve o progresso técnico e científico teve-se também a criação de situações fruto deste

progresso contrário ao bem estar e sinaliza que a morte deste indivíduo seria sua real libertação.

Entende-se que estas ideias religiosas levam o indivíduo a ficar, portanto, dependente de Deus para desenvolver seu bem estar na sociedade. Pensa-se que é neste momento que o desamparo pode ocorrer, pois, o risco de não ser correspondido existe. Desamparo este referenciado por Freud (1996, p. 24-25) ao descrever a existência de forças da natureza sobrepostas ao homem, as quais, não possui controle, ficando desamparado a quem as controle. Uma saída ao indivíduo em desamparo é a construção do comportamento de servidão frente ao outro, ao procurar proteção, nisto instaura-se a condição de masoquismo. O indivíduo é levado na ânsia da procura pelo livramento do desamparo a submissões e assujeitamento variados como ocorre na lógica do Neopentecostalismo e outras religiões que, repassam ao indivíduo discursos encantadores, ao proporem trocas, e o fazem a partir de forças e certezas passadas ao indivíduo como algo que realmente vai acontecer, basta que ele exercite sua fé. Esta fortificação vinda da religião pode ser associada à ideia da Religião conforme Bourdieu, que compõe (2003, p. 12-13) os sistemas simbólicos como estruturas estruturantes, pois, são já, sistemas estruturados na sociedade conjuntamente com suas ideologias.

As ideologias desenvolvidas, portanto, nos sistemas simbólicos são “duplamente determinadas: elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classe que elas exprimem, mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção (...)”. (BOURDIEU, 2003, p. 13) No desenvolver destas ideologias, ocorre a imposição “de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosas, jurídicas...” (BOURDIEU, 2003, p. 14). Portanto, os sistemas simbólicos possuem sua força respaldada ideologicamente em manifestações de formas “irreconhecíveis de relações de sentido”. (BOURDIEU, 2003) Disto resulta a aplicação, conforme o mesmo autor, do poder simbólico, poder subordinado e irreconhecível, assumindo o caráter de violência simbólica, desconhecida por quem a recebe como uma violência, dispostas em formas variadas de imposição de ideias preconcebidas ou crenças estabelecidas.

REFERÊNCIAS

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras Lições sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

FREUD, Sigmund. O Futuro de uma Ilusão, O Mal-Estar na civilização e outros Trabalhos (1927-1931). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

MARX, Karl. Sobre o Suicídio. São Paulo: Boitempo, 2006.

MELEIRO, Alexandrina; TENG, Chei Tung; WANG, Yuan Pang. Suicídio. Estudos Fundamentais. São Paulo: Segmento Farma, 2004.

PIETRAFESA, José Paulo, et al. **Do Contexto ao Texto**. Anápolis: Unievangélica, 2006.

QUINTANEIRO, Tania, et al. **Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

PARAVIDINI, João Luiz Leitão e GONÇALVES, Márcio Antônio. Neopentecostalismo: desamparo e condição masoquista. Revista Mal-Estar e Subjetividade. Fortaleza. Vol ix. N. 4, p. 1173-1202, dez/2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000400006. Acesso em 2017.

OS PARADOXOS DA LAICIDADE BRASILEIRA: LAICOS E PENTECOSTAIS EM DISPUTA NA ESFERA PÚBLICA

HAMILTON CASTRO DA SILVA¹⁹

¹⁹ Doutorando e Mestre em Ciências da Religião (PUC Goiás). hamilton.sociologia@gmail.com

RESUMO: O debate público e a discussão acadêmica acerca da laicidade e a secularização encontram-se numa clivagem entre laicos e religiosos. No campo religioso brasileiro, observamos uma competição entre católicos e pentecostais que rompeu a esfera religiosa e migrou para as esferas político-partidária e midiáticas. Portanto, a concorrência religiosa na esfera pública passa pelo debate acerca dos direitos humanos, sexuais, a homoafetividade, o papel social da mulher, das minorias e o lugar da religião no estado laico. Assim, considerando a relação com diferentes locais sociais e temporalidades históricas, estamos interessados nos sentidos dessas noções produzidos política, histórica e culturalmente.

Palavras-chave: Laicidade; secularização; pentecostais, política, religião.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a produção acadêmica sobre a laicidade e a secularização se encontra em franco crescimento. Não resta dúvida, é um tema importante na pauta política e social do país. Geralmente, o debate nos espaços acadêmicos e as publicações acerca da secularização da sociedade e da laicidade do Estado, se encontram em torno dos direitos reprodutivos, a união homoafetiva e o ensino religioso na escola pública. Recentemente, podemos perceber a formação das denominadas bancadas evangélicas no Congresso Nacional. Assim, grupos religiosos atuam na esfera político-legislativa e partidária como ficou bastante evidenciado nas últimas eleições.

Podemos observar que o Estado brasileiro reconhece a presença do fenômeno religioso como realidade social, seja pelos sujeitos religiosos, seja pelas instituições que os representam. Esta é uma das razões que ajudam a explicar porque, desde 1990, autores do campo da sociologia e da antropologia e mesmo em outros campos da ciência, procuram desenvolver bases teóricas a partir de diálogo com os europeus, utilizando expressões como *laicidade à brasileira* para explicar a

relação do Estado com o multifacetado fenômeno religioso. Podemos citar Ari Pedro Oro (2007, 2011) Ricardo Mariano (2001, 2004, 2006, 2011), Paula Monteiro (2006), Júlia Miranda (2011), Elisa Rodrigues (2013) e Flávio Pierucci (1997, 2000, 2013).

Entretanto, o conceito de laicidade na perspectiva dos secularistas significa a separação rígida entre a religião e o Estado, no contexto brasileiro permanece a tradição histórico-cultural como dispositivo que favorece a presença da religião no espaço público. Assim, mesmo que do ponto de vista constitucional as religiões não sejam tuteladas ou assumidas pelo Estado, permanece muito forte a sua presença histórica na nossa cultura que, caracteriza-se por ser religiosa. “No Brasil, laicidade e separação significam que é constitucionalmente interdito ao Estado pronunciar-se a respeito de qualquer confissão religiosa, mas isso não significa a saída da religião da esfera pública” (RODRIGUES, 2013, p. 167).

Entre a *laïcité* conquistada pela França iluminista em 1789 e a construção da Constituição Brasileira, passaram-se cerca de dois séculos, tempo em que a laicidade à francesa foi construída a partir de importantes ressignificações. Entretanto, a formação do Estado secular brasileiro desenvolveu-se a partir de peculiaridades específicas, bem diferentes do modelo conflitual francês (RODRIGUES, 2013).

Assim, de forma distinta da laicidade francesa, que recusa a religião, ou da laicidade estadunidense, que aceita de forma plena a liberdade religiosa, no Brasil secularizado, a separação ocorre de forma flexível e com negociações²⁰, porque reconhece o fenômeno religioso. Portanto, o esforço dos laicistas em combater o fenômeno religioso, nesse sentido, é orientado pelo antigo comportamento de combate reativo a hegemonia do catolicismo romano (MIRANDA, 2011).

Todavia, para Rodrigues (2013) esta atitude dos laicistas, é uma interpretação positivista da Constituição de 1988 na perspectiva de aceitação de separação rígida acerca do sentido laicidade/laico. Esta postura laicista despreza o passado histórico e os deslocamentos do sujeito religioso na sociedade brasileira. Para Rodrigues:

Seria prudente precisar o sentido de nossa laicidade que, diferentemente da referência francesa de conflito radical com o

²⁰ O reconhecimento do fenômeno religioso por parte do Estado brasileiro pode ser percebido pelos crucifixos e santos expostos nas esferas públicas.

catolicismo [já superada nos dias de hoje], tem por matriz a família patriarcal, o centralismo do Estado católico-português e o pessoalismo nas relações como noções que migraram da esfera privada para a pública [como afirma Sérgio Buarque de Holanda]. (2013, p. 166).

OBJETIVOS

Uma característica importante no campo religioso brasileiro atualmente é a crise das instituições religiosas tradicionais. No Brasil, essa crise pode ser percebida na queda contínua daqueles que se identificam como católicos, isto é, aqueles que se identificam com a maior religião institucionalizada do nosso país.

A crescente globalização, o questionamento das tradições culturais e também a valorização de autonomia individual são fenômenos inter-relacionados que têm sido que têm sido identificados como explicação para essa multiplicação de movimentos religiosos e enfraquecimentos das instituições tradicionais (MARTIZ, 2013, p. 302).

As instituições são construídas dentro de uma estrutura social comunicadora de significados. As ações sociais são orientadas numa área funcional determinada. Assim, torna-se de grande importância a socialização dos papéis sociais dentro de um quadro de referência de significados (BERGER e LUCKMANN, 2012, p. 23). Entretanto, a pesquisa pretende demonstrar que a secularização associada ao avanço da subjetivação e individualização das crenças, aprofundadas a partir de 1960 com a revolução cultural e do consumidor, causou um efeito de oposição radical ao conformismo imposto pelas antigas tradições.

Concomitantemente, esta virada subjetiva fez com que a religião institucionalizada perdesse a capacidade e a influência de regular o sujeito religioso na sociedade e na vida cotidiana. Assim, gerando um pluralismo religioso e diluição das antigas ambivalências que orientavam à antiga forma de viver em sociedade. Agora, as antigas instituições estão com dificuldade na comunicação de sentido à vida dos agentes sociais.

Portanto, esta pesquisa pretende demonstrar que esta desregulação religiosa causou crise de sentido devido à diluição das antigas certezas. Dessa maneira, perguntamos: qual foi o resultado dessa perda de certezas? O antigo pentecostalismo clássico que limitava os seus fiéis a se manterem na esfera da igreja e (ou) da casa, foi modificado no seu quadro de referências, atualmente quais são os mecanismos ideológicos religiosos que regulam as disputas no ambiente político-partidário e midiático? A laicidade brasileira construída mediante negociação com o campo religioso, encontra-se na atualidade como objeto de disputa de poder por diversos agentes sociais. Estes, inseridos em um manancial simbólico de interpretação da realidade totalmente diversificado e conflitual.

MÉTODO

A metodologia utilizada será bibliográfica com pesquisas a partir dos referenciais teóricos apresentados, dentre outros (REIMER, 2014). A pesquisa também será social quantitativa e qualitativa. Na pesquisa quantitativa serão realizados recolhimentos de dados de uma parte da população mediante entrevistas com sujeitos de classes sociais diversas. Na pesquisa qualitativa, a partir dos referenciais apresentados, dentre outros, pretendemos compreender as maneiras de agir dos agentes sociais. O questionário funcionará como instrumento de coleta de dados que objetiva conhecer as crenças, opiniões e comportamentos das pessoas (ROSENTHAL, 2014 e SEVERINO, 2015).

RESULTADOS

Assim, diante deste quadro de desregulação das crenças, a proposta de Hervieu-Léger (2015), é a de uma laicidade mediadora, tendo em vista que a liberdade religiosa não pode ser reivindicada como um direito absoluto. Qualquer proposta de liberdade religiosa deve estar em conformidade com os direitos humanos. Dessa maneira, essa pesquisa pretende apresentar uma laicidade ativa e reguladora, tendo em vista que a liberdade religiosa não pode ser reivindicada como

direito absoluto. Portanto, reivindicar benefícios, significa para qualquer grupo, estar disposto a colocar-se na dependência desse sistema (HERVIEU-LÉGER, p.229).

Dessa forma:

A única coisa que conta, desde que tal grupo reclame esse direito devido pela democracia, deve-se saber em que medida os valores que ele propaga e as práticas que realiza são compatíveis não apenas com o Estado de direito, mas também com o universo de valores que pode, unicamente, garantir-lhe o exercício efetivo do direito (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 229).

Propor uma mediação estatal que coordene os debates, uma instância que elaboraria uma definição prática dos limites aceitáveis da liberdade religiosa praticada em uma sociedade democrática. A confessionalização da política acompanhada de desregulação institucional e a pluralização do religioso obrigam o Estado laico a reorganizar dispositivos de repressão dos abusos cometidos em nome da liberdade religiosa (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 230). Assim, propomos pensar a relação da religião e do Estado como recomposição de ambos (RODRIGUES, 2013).

CONCLUSÃO

Esta pesquisa pretende concluir que a disputa acerca do funcionamento da laicidade brasileira ocorre em clivagem com o produto da socialização resultante das estruturas sociais que tem por matriz a família patriarcal brasileira. Essas estruturas foram inculcadas nos agentes sociais mediante instituições socializadoras, como o Estado, a Igreja, a Família e a Escola. Atualmente, essas estruturas sociais encontram-se incorporadas nos *habitus* dos pentecostais brasileiros, controlando suas estruturas cognitivas e determinando suas ações políticas e sociorreligiosas nas casas legislativas. Dessa maneira, a disputa na esfera pública sobre os direitos homoafetivos, papel social da mulher e os direitos de reprodução entre laicos e religiosos tem como tecido social, o produto da preservação e dos

mecanismos de manutenção da instituição familiar patriarcal brasileira. Estes mecanismos são estruturados entre os pentecostais a partir do princípio sectário de organização (seitas), que busca legitimar identidades sociais dominantes mediante ideologia religiosa, excluindo e demonizando identidades sociais diferentes.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gedeon Freire. *Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013.

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado*. São Paulo: Paulinas, 1985.

_____. *A dessecularização do mundo: uma visão global*. In *Religião e Sociedade*, v.21, n.1, p.9-23, 2001.

_____. *O Imperativo Herético: possibilidades contemporâneas da afirmação religiosa*. Rio de Janeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

_____. *Os Múltiplos Altares da Modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido: A orientação do homem moderno*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2005.

CAMPOS, Breno Martins. *Sacerdócio Fundamentalista na Modernidade Líquida*. In: João Leonel. (Org). *Novas Perspectivas sobre o Protestantismo Brasileiro*. São Paulo: Fonte editorial, 2010.

_____. *Secularização na Argentina, no Brasil e no Uruguai: suas lutas no passado e no presente*. In: Ari Pedro Oro. (Org). *Religião e política no Cone Sul: Argentinas, Brasil e Uruguai*. 1 ed. São Paulo: Attar Editorial, 2006, v., p. 223-252.

CASANOVA, José. *Public Religions in the modern wolrd*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares: Secularização, Laicidade e Religião Civil: uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2010.

COHN, Norman. *Cosmos, Caos e o Mundo que Virá: as origens das crenças no Apocalipse*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana; CARRÃO, Vanessa. *Laicidade e ensino religioso no Brasil*. Brasília: UNESCO/Letras Livres/EdUNB, 2010.

DONDEYNE, A; FRIES, H; GRUMELLI, A; KOENING, F; MARLÉ, R; MARTY, F; MIANO, V; RAHNER, K. *Ateísmo e Secularização*. São Paulo: Paulinas, 1970.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FRESTON, Paul. *Nem anjos, nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. 1996, Petrópolis: Vozes, 1996.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

_____. Resenhas. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: v. 27, n.79, 2012. Resenha do livro Fronteiras da laicidade de Jean Baubérot e Meicheline Milot: *Laïcites sans frontières*. Paris, Seuil, 2011.

GALDINO, Elza. *Estado sem Deus: a obrigação da laicidade na Constituição*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

O CASAMENTO A PARTIR DO TEXTO DO EVANGELHO DE JO 2, 1-12

JOSYMARA DIAS DE PAULA²¹

²¹ - Bacharel em Direito e Mestranda em Ciências da Religião- PUC Goiás- e-mail: josy_pba1@hotmail.com.

O casamento a partir da narrativa joanina conhecida por Bodas de Caná, que relata o primeiro milagre de Jesus, realizado a pedido de sua mãe, Maria, por ocasião de uma festa de casamento judaico.

Na tradição judaico-cristã, o casamento é uma forma conjugal imersa na sociedade, onde o homem e a mulher se unem com o objetivo de constituir família, estabelecendo formas de relação social.

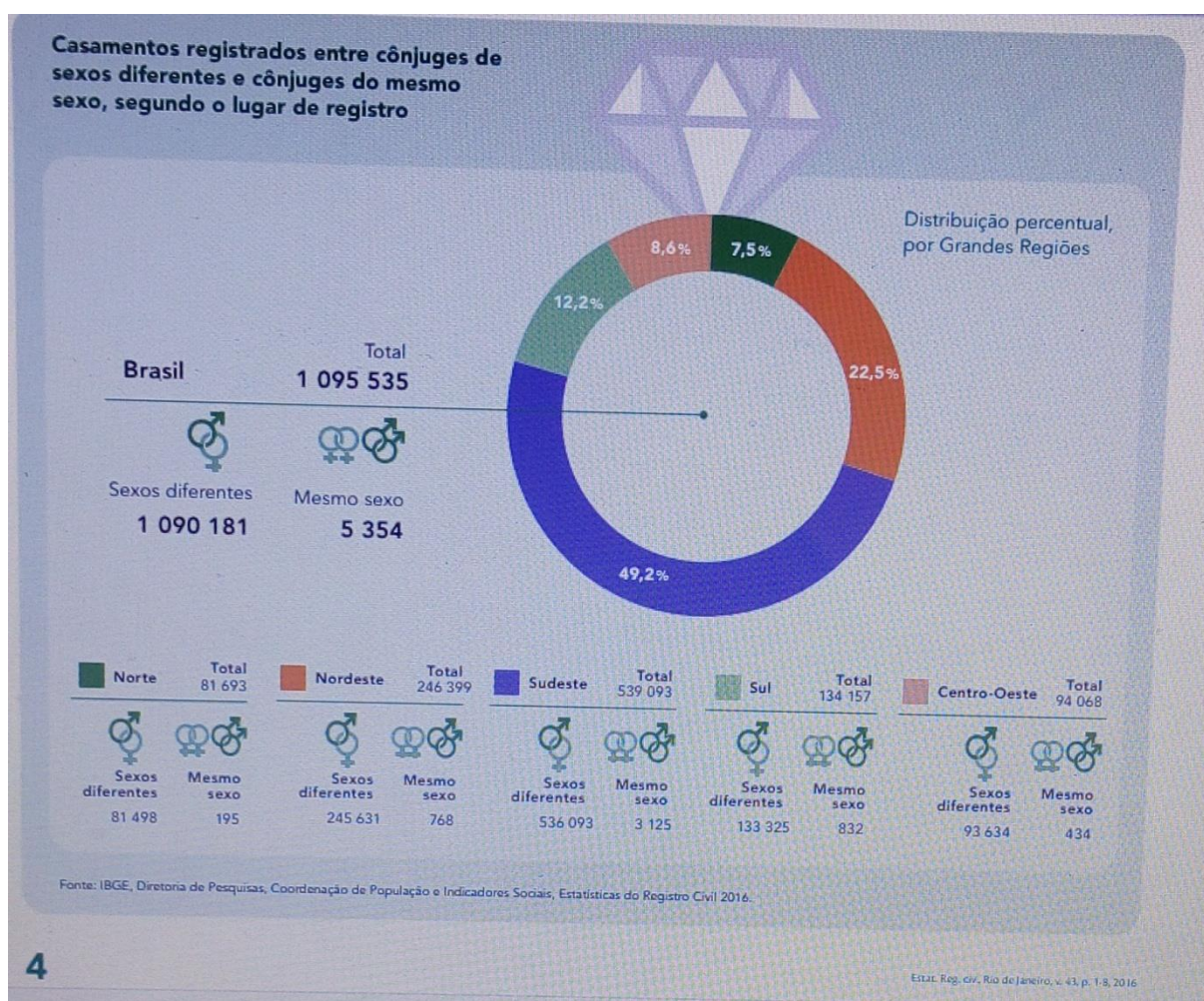
Portanto o casamento é um contrato importante na sociedade, que prepara para a formação da família que é a base dela. Estudar o casamento significa rever as relações de gênero entre homem e mulher e a sociedade, questão esta que está no auge de discussão e precisa ser levado em conta, com o fim de obter melhores relações sociais dentro da família, da cidade, da igreja, do País e etc. A forte intervenção de Maria na festa de casamento nos mostra a importante figura da mulher, assim sendo, reconstruir a cultura patriarcal onde reina o poder e a força, menos o afeto, a compreensão e o amor. O Evangelho de João foi escrito numa época relativamente tardia, quando já ocorrera a ruptura entre a comunidade cristã e a sinagoga, por isso, é um texto onde Cristo faz inúmeros milagres em relação a lei judaica, transformando a realidade do tempo presente daquela época, em específico dentro da festa de casamento.

Em 2016, o Brasil registrou 1.095.535 casamentos civis, sendo 1.090.181 entre pessoas de sexos diferentes e 5.354 entre pessoas do mesmo sexo²². Houve redução de 3,7% no total de casamentos registrados em relação ao ano de 2015. Essa redução foi observada em todas as Grandes Regiões do País, variando de 4,6% no Nordeste a 1,3% no Norte. Esse comportamento foi observado tanto nos casamentos entre cônjuges de sexos diferentes quanto para os cônjuges do mesmo sexo, à exceção das Regiões Sudeste e Centro-Oeste que apresentaram aumento nos casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo, de 1,6% (de 3077 para 3125 casamentos) e 7,7 (de 403 para 434 casamentos), respectivamente. Entre as 27 Unidades da Federação, 20 apresentaram redução dos registros civis de casamentos entre 2015 e 2016, sendo que Piauí (-13,2%), Alagoas (-12,5%) e

²² Pessoas que são do mesmo sexo feminino ou masculino.

Paraíba (-11,3%), com reduções acima de 10,0%. O Amapá se destaca pelo aumento de 20,0% no número de casamentos registrados.

Também em 2016, Estatísticas do Registro Civil²³, apurou 344.526 divórcios concedidos em 1ª instância ou por escrituras extrajudiciais. Houve um aumento no número de divórcios contabilizados pela pesquisa em relação a 2015, quando o total de divórcios concedidos em 1ª instância ou por escrituras extrajudiciais foi de 328.960. Verificou-se acréscimo na taxa geral de divórcio que passou de 2,33% (2015) para 2,38% (2016). A Região Sudeste apresentou a maior taxa geral de



divórcio (2,69%). Em média, o homem se divorcia mais velho que a mulher. O homem tem em média 43 anos enquanto a mulher, 40 anos de idade na data do divórcio. No Brasil, o tempo médio entre a data do casamento e a data da sentença

²³ Os dados foram obtidos pelo IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2016, Rio de Janeiro.

ou escritura do divórcio é de 15 anos. Entre as regiões verifica-se que esse valor é uniforme, variando entre 13 e 16 anos.

Este trabalho tem o intuito de pesquisar o casamento judaico-cristão na perspectiva histórico-cultural da vida de Jesus, fazendo a exegese do Evangelho de João e o protagonismo de Maria e sua visão hermenêutica feminista. Assim, trazendo para a realidade atual o casamento e suas implicações juntamente com a lei civil e o direito canônico.

A metodologia utilizada será a estrutural hermenêutica e exegética do texto em estudo, também com pesquisas bibliográficas de direito civil e canônico, pesquisas documentais, exploratória e explicativa, pesquisa de ação e análise de conteúdo de que trata o tema. Estas pesquisas serão analisadas com os referenciais teórico-metodológicos da exegese destacando-se o método histórico-crítico e sócio-histórico (WEGNER, 1998) e da hermenêutica, com ênfase em referenciais feministas de libertação (SCHOTTROFF, 1995). E da categoria de análise do gênero (SHUSSLER FIORENZA, 2009).

Para a reconstrução histórica das narrativas analisadas e de seus efeitos interpretativo-históricos, os textos igualmente serão abordados com os elementos analíticos da intra-, inter- e extratextualidade (RICHTER REIMER, 2005) para melhor entender a realidade histórica e religiosa em que vivemos.

As relações socioculturais baseavam em estruturas e sistemas ideológicos patri-quiriarcais (SHUSSLER FIORENZA, 1995 e 2009; SCHOTTROFF, 1995 *apud* RICHTER REIMER, 2014). Sobre os personagens do texto em estudo, a figura da mulher também significa símbolo tradicional da comunidade dos fiéis (COTHERNET, 1988).

Washington de Barros Monteiro (*apud* BAUMANN, 2006), definiu o casamento como “a união permanente entre o homem e a mulher, de acordo com a lei, a fim de se reproduzirem, de se ajudarem mutuamente e de criarem os seus filhos”. Já explica Silvio Rodrigues (*apud* BAUMANN, 2006) que o casamento, sendo um contrato, obedece à vontade dos contratantes, desde que essa vontade não seja contrária à lei. Assim, ainda segundo o autor, historicamente houve um conflito com o caráter que se desejou dar ao matrimônio, de instituição. Ou seja, de um “conjunto de regras impostas pelo Estado, que forma um todo, e ao qual as partes têm apenas

a faculdade de aderir, pois, uma vez dada referida adesão a vontade dos cônjuges se torna impotente e os efeitos da instituição se produzem automaticamente”.

A submissão das mulheres é justificada com o apelo aos costumes vigentes, para aquilo que é socialmente e politicamente conveniente. Os maridos são exortados a amar as mulheres e a não trata-las com amargura. Mas esse pedido não altera as relações desiguais, onde as mulheres devem continuar subordinadas aos maridos (STROHER, 2000).

Há textos do Novo Testamento que expressam claramente uma afirmação da igualdade (por exemplo, Gl 3, 26-28; Cl 3, 10-11). Esses textos assumem um caráter paradigmático para compreender a tentativa de exercer relações mais igualitárias nas primeiras comunidades cristãs. Servem também como avaliação crítica de textos que tentam manter ou resgatar regras patriarcais de relações interpessoais e comunitárias (STROHER, 2000).

Em outros textos também, por exemplo, em Atos dos Apóstolos (5,1-11) narra a história de um casal Ananias e Safira, cuja polêmica se baseia também na submissão da mulher e, por isto, causando sua própria morte.

Dentre os elementos implicados na análise de gênero figura a linguagem simbólica, ricamente expressa nos textos evangélicos de curas realizadas por Jesus. Outro elemento é o de desconstrução e reconstrução (RICHTER REIMER, 2005, p.28-31), com o qual se busca perceber a dinâmica das relações de poder entre os diversos personagens da narração para entender qualificações e funções atribuídas a mulheres, homens e outras minorias qualitativas (RICHTER REIMER, 2008, p. 69ss. E 83ss.).

Como já visto na pesquisa do IBGE, o casamento oscila muito entre as pessoas, para a religião como para o direito o casamento é uma forma de organização da sociedade. Durkheim já dizia em sua obra “Da Divisão do Trabalho Social”, que, “o casamento nada mais é do que a organização da sociedade” (DURKHEIM, 1999). Porém se a sociedade está cada vez vulnerável em relação ao casamento, ela está em processo de transformação, mas será que esta transformação seria para o bem? Onde as pessoas se casam e se divorciam e casam outra vez e divorciam outra vez? O que isto poderia contribuir para a sociedade?

Na parte do direito canônico que rege a Igreja católica, dispõe o casamento como algo indissolúvel fazendo jus a palavra sagrada “o que Deus une o homem não separa” (Mt 19,6). Mas contradiz o direito civil que por questões históricas de que o casamento nem sempre é visto como algo divino, pois dentro dele pode haver o mal (brigas, traições, violências e etc).

No entanto, segundo o texto de Jo 2 1-12, vou fazer a explicação daquele tempo com o tempo de hoje e isso reflete no casamento, pois Jesus usa de uma festa de casamento para mudar a lei, ou seja, transformar a realidade. Esta muitas vezes manipulada por forças maiores e Jesus muda isto.

Assim, quero demonstrar que é possível fazer do casamento algo bom e não só uma forma de organizar a sociedade mais algo divino, onde as forças maiores seja da compreensão, do amor e da fidelidade que refletir-se-á numa sociedade mais justa e fraterna.

Concluo dizendo que o casamento a partir da narrativa joanina vai relatar o milagre de Jesus, que precisamos viver hoje nas relações entre homem e mulher, e a força da mulher de estabelecer esse diálogo mencionado no texto, com o divino. Ou seja, com a transformação da realidade que consiste em ouvir a voz da mulher. Pois, na história como relata algumas autoras mencionadas neste trabalho, as mulheres sofreram muito na questão do casamento, contudo o divórcio foi criado na esfera civil, como uma visão ruim do casamento por serem subordinadas aos seus maridos e até hoje por vivermos ainda numa sociedade patriarcal. Isto precisa mudar através de criação de diálogos feministas entre homens e mulheres, começando na família, depois na igreja e, por fim, na sociedade.

REFERÊNCIAS

BAUMANN, Marcos Vinicius (*apud* MONTEIRO,2004; SILVIO RODRIGUES, 2004). Direito Net. *Direito de Família: Casamento*. São Paulo, 10 Mar.2006. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2490/Casamento>> Acesso em: 3 Maio.2018.14:30:45.

COTHERNET,E; DUSSAUT,L; LE FORT, P; PRIGENT,P. *Os Escritos de São João e a Epístola aos Hebreus*. São Paulo: Paulinas, 1988.

DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. (Tradução: Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 1999.p.13-109.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Brasil, Estat.Reg.civ, Rio de Janeiro. V. 43, p. 4-5, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2016_v43_informativo.pdf > Acesso em: 3 Maio.2018.

REIMER, Ivoni Richter. *Trabalhos Acadêmicos: modelos, normas e conteúdos*. Editora: Oikos. Goiânia, 2014. p.89.

_____. *Grava-me como selo sobre teu coração: teologia bíblica feminista*. São Paulo: Paulinas, 2005. (Coleção Teologias Bíblicas, v.8).

_____. *Milagre das mãos: cura e exorcismos de Jesus em seu contexto histórico-cultural*. São Leopoldo: Oikos; Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

SCHOTTROFF, Luise; WACKER, Marie- Theres. *Feministische Exegese: Forschungsertrage zur Bibel aus der Perspektive von Frauen*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1995.

SCHUSSLER FIORENZA, Elisabeth. *As origens cristãs a partir da mulher. Uma nova hermenêutica*. São Paulo: Paulinas, 1995.

STROHER, Marga Janete. *Estudos Bíblicos: relações re-criadas na bíblia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p.36-43.

WEGNER,Uwe. *Exegese do Novo Testamento*. Manual de Metodologia. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 1998.

RELIGIÃO E DOMINAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A DOMINAÇÃO CARISMÁTICA DE TIA NEIVA

LUCIANA BEATRIZ TELES²⁴

²⁴ Mestre em Ciências da Religião , PUC-GO telles.lb@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo investigar a relação entre religião e dominação na perspectiva de Max Weber num estudo sobre a dominação carismática de Tia Neiva, líder e fundadora do Vale do Amanhecer. O objetivo do trabalho é apresentar os fatores identitários da Doutrina e situar Tia Neiva como líder carismática com legitimidade advindo carisma, da crença em qualidades excepcionais de alguém para dirigir um grupo social, no caso o Vale do Amanhecer. O estudo aqui proposto utilizou a metodologia qualitativa através de revisão bibliográfica. E é esta a proposta da pesquisa: buscar reconstituir alguns elementos históricos que nos auxiliem na explicação de algumas determinações do Vale do Amanhecer. Em um primeiro momento, trataremos dos atores sociais que compõem a peça da construção dessa religião, Tia Neiva e Mário Sassi, mas também a entidade Pai Seta Branca que, segundo a própria Tia Neiva, teve um papel importante ao guiá-la no caminho da luz e da verdade mística. A importância de um tratamento teórico para a nossa pesquisa se dá devido à necessidade de estruturar, em um universo conceitual, o nosso problema de pesquisa, bem como ter uma base para o êxito no processo analítico e o tratamento dos dados colhidos na pesquisa empírica sobre o Vale do Amanhecer. Tomaremos como referencial teórico para compreendermos esse fenômeno alguns autores específicos que podem nos auxiliar nesse itinerário como Max Weber e, por fim, traremos um pouco da estrutura interna do Vale do Amanhecer em seu processo histórico de constituição e legitimação perante as outras religiões e para a população em geral.

Palavras-chave: Vale do Amanhecer; dominação; Tia Neiva.

A DOCTRINA DO AMANHECER

O Vale do Amanhecer é, segundo seus membros, a reunião de um povo vindo de uma mesma tribo, Os Jaguares, guerreiros que carregam a missão de manipular as forças transcendentais e o trabalho mediúnico rumo à evolução e preparação para o III Milênio. Uma religião fundada em Planaltina, cidade satélite de Brasília, no final dos anos 1960, por Neiva Chaves Zelaya, mais conhecida como "Tia Neiva", que aos 33 anos passou a ter visões de uma entidade denominada "Pai Seta

Branca". Hoje tem cerca de 1.700 templos espalhados pelo Brasil e pelo exterior.

A Doutrina do Amanhecer, situada no Vale do Amanhecer é fruto de uma série de influências, uma complexa bricolagem entre os mais diversos elementos, que se utilizam do catolicismo, do espiritismo e umbanda. A compreensão desse complexo universo místico-religioso nos fornece uma porta de entrada para a cosmologia do vale, destacando que sua dinâmica se dá em torno da execução das atividades, rituais de cura e desenvolvimento mediúnico.

Tia Neiva é considerada o centro da articulação do Vale do Amanhecer, adquirindo a característica de Líder religiosa. Sua biografia geralmente é marcada por dois momentos: o primeiro é aquele se refere à sua vida como uma “mulher comum”; o segundo, à sua vida como “clarividente”. De acordo com os membros do Vale do Amanhecer, “a clarividência remete a possibilidade de prever o futuro, revelar o passado, ver e ouvir espíritos.” (OLIVEIRA, 2013, p. 135.)

Um outro ator social importante na consolidação do VDA é Mário Sassi. Sua importância se deu, sobretudo, pela concretização do desenvolvimento da Doutrina do Amanhecer (REIS, 2008).

Tia Neiva considerava Mário Sassi como aquele mais qualificado para decodificar a doutrina. Já ele, a referenciava com um aspecto sagrado, chamando-a de “Clarividente Neiva”, considerando-a “o próprio Vale do Amanhecer” (SASSI apud REIS, 2008, p. 132).

Mário Sassi foi aquele que deu uma contribuição significativa para a base intelectual para o desenvolvimento do Vale do Amanhecer. Mário era sociólogo, conselheiro de Relações Públicas da Universidade de Brasília e segundo os membros da Doutrina, sua vida era pautada por uma busca incessante de respostas, buscando encontrar o sentido para a vida em diversas religiões.

Para Maia (2014) Tia Neiva teria recebido do próprio Pai Seta Branca a localização da instalação da Doutrina, se convertendo esse espaço num local sagrado, assim como toda a região do Planalto Central, local extremamente energizado e místico. A profecia, da Terra Prometida, fruto do sonho de Dom Bosco contada e recontada diariamente dentro do Vale, e valendo-se dela os adeptos de Tia Neiva constroem uma atmosfera de misticismo. Os adeptos adotaram essa profecia com muita facilidade, pois acreditam ser o início de uma civilização sem dor

ou sem sofrimento, segundo eles, o Vale é o local escolhido para a chegada do terceiro milênio, por isso o mais próximo do paraíso. No Vale do Amanhecer os adeptos acreditam que nos espaços coletivos (templos) esses três espaços se comunicam através da Tia Neiva e seus adeptos. Os adeptos do Vale acreditam que o universo é formado por vários mundos que são habitados por vários espíritos encarnados ou desencarnados, em diferentes estágios de evolução. O planeta terra seria um plano intermediário entre os planos superiores (astral superior) e o plano inferior (planos cavernosos e astral inferior).

Segundo Maia (2014), no Vale do Amanhecer essa transposição é real; para os adeptos a divisão espacial do templo elíptico (Templo do Amanhecer) seguiria modelos dos mundos espirituais, os castelos e salas representariam as encarnações passadas pelos adeptos como a Cruz do Caminho que é uma lembrança da encarnação egípcia e o Oráculo do Pai Seta Branca (destinado a incorporação dessa entidade) remete a encarnação inca.

No Vale do amanhecer o cotidiano se relaciona de forma íntima com o sagrado, o espaço, os símbolos, as indumentárias, ritos e rituais.

Para entendimento da doutrina é preciso que se entenda que Pai Seta Branca, que se apresenta como uma das entidades do Vale do Amanhecer, considerando-o como um “personagem espiritual” (REIS, 2008, p. 124)

Segundo a mitologia do VDA, a origem de Pai Seta Branca seria de um planeta chamado Capela. Pai Seta Branca seria o guardião do Oráculo de Simiromba, que administra todo potencial de forças que agem e interagem na Terra: Simiromba é o centro da cosmovisão da doutrina. No planeta Terra, essa entidade teria se reencarnado na forma de um jaguar, um guerreiro asteca, depois sob a forma de São Francisco de Assis e, por último, sob a forma de um índio tupinambá, chamado Seta Branca. Nesse sentido, já de início, é perceptível a presença de elementos híbridos, provenientes de várias referências – crenças extraterrestres, catolicismo, presença indígena entre outros. (OLIVEIRA, 2010). É por isso que Pai Seta Branca torna-se um personagem central do mundo espiritual que guiará Tia Neiva a sabedoria e doutrina do Vale do Amanhecer.

Seta Branca assim representa a mensagem de amor que liberta e conduz o vale à um novo paradigma: promover a pacificação entre os povos.

É o próprio Sassi, um dos fundadores do Vale, que coloca essa questão: Todo trabalho do Vale é com base na técnica de manipulação de energias [...] O Vale proporciona apenas assistência espiritual que dê às pessoas a oportunidade de se reequilibrar e se readaptar ao meio” (SASSI, 1979, p. 17/30).

MAX WEBER E OS ESTUDOS DA RELIGIÃO E DOMINAÇÃO

Utilizamos o pensamento de Weber (2001) para entender o papel da Clarividente, enquanto líder carismática. Weber traz o conceito da religião enquanto sistema de crenças e tentativa de entendimento racional da vida. Para ele, as motivações para os indivíduos tomarem suas decisões podem ser racionais, ou político ou tradicionais. O trabalho do autor colabora e dá sustentação ao entendimento do fenômeno religioso como uma racionalização dos atos religiosos, já que, para ele, a religião não tem caráter irracional, mas sim racionalizante. Nesse sentido, a religião é uma peça necessária para encaixar o sentido que as pessoas dão para a vida. A Doutrina do Amanhecer, costura vários elementos e tenta colocar um corpo racional em sua expressão religiosa e as pessoas usufruem desse campo simbólico para darem sentido a suas vidas. As pessoas optam pelo Vale do Amanhecer por motivos que dentro da visão de mundo de cada um, adquire sentido próprio.

Para Weber, a dominação pode ser entendida como um conceito mais amplo e não tendo como referência um conteúdo concreto: é um dos elementos mais importantes da ação social. Contudo, nem toda ação social implica, necessariamente, numa estrutura fundada na dominação: na maioria das formas em que se reveste a ação social, a dominação desempenha um grande papel. Inclusive naquelas em que, num primeiro momento, não há condições de pressupor

A dominação aparece como um poder de mando autoritário e pode ser definida em dois tipos opostos: a dominação em virtude de interesses (cuja expressão máxima é o monopólio) e a dominação em virtude de autoridade

(diretamente relacionada ao poder de mando e ao dever de obediência), cuja forma mais encontrada decorre do poder do chefe de família, da autoridade administrativa ou da autoridade legal. Weber admite a possibilidade de transações graduais: “(...) toda forma típica de dominação, em virtude de situação de interesses, particularmente em virtude de uma posição monopolizadora, pode transformar-se, gradualmente, numa dominação autoritária.” (WEBER, 1999, p.189). A dominação na obra weberiana deve ser entendida como um tipo ideal de autoridade que se estabelece. Neste sentido, opera um conjunto de princípios, valores e/ou crenças, as quais tornam legítimas – aos olhos dos governantes e dos governados – o exercício do poder, conferindo assim estabilidade para um ou outro tipo de dominação. Outro fator importante para a dominação, em especial quando esta é exercida sobre uma grande quantidade de pessoas, está na necessidade de um amplo número de funcionários, que fazem parte do aparato administrativo da dominação: os funcionários (membros da organização) possuem uma vantagem técnica sobre a massa dominada, por se constituírem enquanto um pequeno grupo de pessoas.

Weber elenca três tipos ideais de dominação: a) tradicional; b) carismática; c) racional-legal (ou burocrática). Conforme mencionado, iremos focar a dominação carismática, para com isso extrair conclusões acerca das relações estabelecidas no Vale do Amanhecer, em especial o papel assumido por Tia Neiva e nas relações entre o sentido dado pelos membros da Vale às ações empreendidas no interior dos diversos núcleos espalhados ao redor do mundo.

A dominação carismática, tem como principal característica a fundamentação no carisma, ou seja, na crença de que o líder tem qualidades especiais e este se articula com as formas de legitimidade. Neste tipo ideal de dominação, a legitimidade advém do carisma, da crença em qualidades excepcionais de alguém para dirigir um grupo social. Carisma aqui significa literalmente “graça divina”. Quer seja um profeta, ou um herói, o líder carismático justifica suas capacidades extraordinárias ou seus grandiosos feitos necessários à sua dominação, enquanto seus fiéis continuam a obedecê-lo, uma vez que estes têm total confiança em sua pessoa e em suas admiráveis façanhas. Este tipo de dominação é encontrado em movimentos sociais, de caráter religioso e nos partidos políticos.

Weber (1999) classifica os tipos de líder e situa o líder carismático como

aquele que tem o dom, com capacidade de agrupar pessoas em volta de si, aquele que desenvolve sobre as pessoas uma autoridade digna do tipo de pessoa que é e por isso tem justificada sua liderança. Nesse contexto, encontramos dentro da Doutrina do Amanhecer a figura de Tia Neiva como líder carismática, por se fazer acreditar em um canal anunciador, mediador e experimentador dos signos transcendentais.

A dominação carismática é evidenciada nas qualidades sobrenaturais de Tia Neiva: seus relatos de conversa com Pai Seta Branca, o processo histórico de vida da fundadora do Vale e sua liderança, esboçada ainda quando da UESB (União Espiritualista Seta Branca) segundo os membros, denotando suas capacidades excepcionais. Ademais, com sua morte e a disputa entre os filhos pelo controle da instituição evidenciam como após a passagem da Tia Neiva a dominação carismática tem na figura desta mulher incrível sua principal fonte de estabilidade, algo difícil em se tratando deste tipo de dominação.

O que legitima e torna crível o conjunto de mitos e ritos da seita é o encantamento produzido pela explicação religiosa do mundo, algo mítico e mágico, com uma lógica interna de aceitação da rotina (como na famosa metáfora da jaula de ação weberiana), mas na crença em algo divino, sobrenatural, que transcende os limites da razão científica, evidenciando que o sentido dado pelos sujeitos no Vale é o encontro com algo superior: a diversidade de rituais, e a multiplicidade dos trabalhos é uma ruptura com o cotidiano vivido na sociedade moderna, caracterizada pela burocratização e pela racionalidade tipicamente capitalista, fundada no cálculo racional, fundamentos do racionalismo ocidental (WEBER, 1987).

REFERÊNCIAS

MAIA, Cleiton Machado. *As técnicas xamânicas e o caso de xamanismo de Tia Neiva no Vale do Amanhecer*. Revista Húmus - ISSN: 2236-4358 Jan/Fev/Mar/Abr 2014. Nº 10

OLIVEIRA, A. A Nova Era com um *jeitinho brasileiro*: o caso do Vale do Amanhecer. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 12, n. 20, p. 67-95, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, A. Nova Era, *habitus* e estranhamento: os processos de imersão religiosa no Vale do Amanhecer. *Antropolítica*, Niterói, n. 34, p. 99-124, 1. sem. 2013.

OLIVEIRA, Amurabi. *Imaginário e construção da realidade: um olhar sobre as visualidades do Vale do Amanhecer*. In: *Cultura Visual*, n. 13, maio/2010, Salvador: EDUFBA, p. 71-83. *O que é o Vale do Amanhecer*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.

REIS, Marcelo. *Tia Neiva: a trajetória de uma líder religiosa e sua obra, o vale do Amanhecer (1957-2008)*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História, 2008.

SASSI, M. *O Vale do Amanhecer*. Planaltina: Vale do Amanhecer, 1979.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva, volumes 1 e 2*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 5ª Edição. São Paulo: Pioneira, 1987.

ZELAYA, Carmem Lúcia. *Os símbolos na doutrina do Vale do Amanhecer: sob os olhos da Clarividente*. S.I.: Tia Neiva Publicações, 2009.

O CÂNTICO DE MARIA COMO INSPIRAÇÃO EM DIVERSAS ÉPOCAS E ESTÉTICAS DA MÚSICA

REGINA CÉLIA DE CASTRO QUINTA²⁵

Resumo: O tema dessa pesquisa será o CÂNTICO DE MARIA - *MAGNIFICAT* - de Lc 1, 46-55, em diferentes manifestações estéticas na música. Este Cântico foi entoado por Maria após lhe ter sido feito o anúncio do anjo Gabriel de que ela, uma jovem de Nazaré, pequena cidade da Galiléia, havia sido escolhida para ser a mãe do Filho de Deus. O Cântico é resposta aos feitos maravilhosos de Deus com Maria e com seu povo. Esta obra de Deus, feita por meio de mulher, foi relida / interpretada

²⁵Doutoranda em Ciências da Religião, linha de pesquisa em Literatura Sagrada, do Programa de Doutorado em Ciências da Religião, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Mestre em Educação em Ciências e Matemática, pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor Titular em Linguagem e Estruturação Musicais, na Universidade Federal de Goiás (UFG), estando ainda em atividade.

também em obras musicais de todos os tempos. O texto literário em questão é comprovadamente expressivo e significativo, motivando e dando origem a uma extensa produção que valeria a pena conhecer; além disso, a escolha do tema contribui com questões culturais e religiosas. Sua análise, fundamentada em comparações com outros textos bíblicos e com as análises de peças musicais criadas sob sua inspiração e escolhidas sob critérios pertinentes à investigação, busca contribuições à epistemologia, à espiritualidade, ao estudo das áreas interdisciplinares, e à história das mulheres.

Palavras-chave: Maria, *Magnificat*, Lucas 1, Música, Hermenêutica.

INTRODUÇÃO

Como profissional de música, a investigadora tem atração natural pela questão.

A singularidade do texto e a sua abrangência formam um paradoxo, que através dos tempos vem se reafirmando, em sua perenidade e universalidade. Ainda que controverso, o texto subsiste; e como veículo de beleza, de valores humanos e mensagem social, atrai e comove.

O material que se vem acumulando no tempo e no espaço, unido ao texto literário na construção da obra, revela instigantes combinações. Aí se encontram vários pensamentos, culturas e inspirações, fundamentados pelas estéticas literária e musical. O desafio estaria em descobrir a proposta das composições musicais inspiradas no texto literário original. No caso dessa investigação procura-se demonstrar cientificamente a influência do *Magnificat* na inspiração de determinadas composições musicais, previamente escolhidas pela pesquisadora. As análises referentes a cada circunstância, época, estilo, gênero e cultura considerados levariam a determinadas conclusões. Que respostas teriam os questionamentos? O que diriam as análises? Elas revelariam afirmação e/ou acrescentariam atualização ao sentido do texto original?

SOBRE A ESCOLHA DO TEMA

A perenidade do tema – desde o passado até hoje - mostra sua importância, pois a personagem que entoava o Cântico é sempre lembrada e louvada, nos seus títulos e aparições pelo mundo inteiro.

O tema tem relevância social, e atualidade, pois em seu “Cântico” Maria, além de se dizer humilde serva do Senhor, clama por liberdade para sua gente. Quando Gabriel lhe anuncia a vontade de Deus, de imediato e cabisbaixa ela diz sim; para em seguida proclamar a derrota dos poderosos e assumir corajosamente a defesa de Israel, seu povo.

Interdisciplinar, a investigação é também significativa para a história das mulheres. Ao questionamento de que os investimentos de tempo e recursos financeiros seriam justificados nessa investigação, pode-se responder com a reflexão sobre quatro fatores essenciais: sua importância, relevância, atualidade e necessidade, e nesses quatro quesitos obtém-se resposta positiva.

ONDE SE PRETENDE CHEGAR?

As metas da investigação serão principalmente: analisar Lc 1,46-55, com base em comentários bíblicos e obras que tratam deste texto; comparar peças musicais eruditas e populares com o Cântico, perguntando sobre processos interpretativos de diversas épocas; conferir acréscimos ao estudo das áreas interdisciplinares e à história das mulheres, além das contribuições epistemológica e espiritual.

Como possíveis respostas, ou respostas provisórias, as hipóteses estão ligadas aos objetivos específicos, e também podem orientar na busca de outras informações. A aquisição de conhecimentos prévios e o conhecimento de metodologias conduzem à elaboração das hipóteses.

Com passos atentos e criteriosos, a metodologia - o caminho para o objetivo – corresponderá ao material analisado. Os processos exegéticos e hermenêuticos e o método histórico-crítico são adequados ao que se pretende investigar. Dúvidas e

questionamentos pendentes contam com o recurso precioso à articulação da exegese bíblica com a história, com as interpretações disponíveis em bibliografias da área. Exige-se credibilidade e confiabilidade para que a comunidade científica aprove a investigação. A hermenêutica atualiza e ratifica o processo.

COMO FORAM ESCOLHIDAS AS OBRAS MUSICAIS

O objeto delinea-se em registros textuais históricos, artísticos, culturais e religiosos. Nas mídias sociais encontra-se um vasto material musical, relacionado direta ou indiretamente ao tema em termos linguísticos, técnicos e estéticos. Fez-se necessário um recorte que perpassasse os gêneros sagrado e profano, as estéticas católica e protestante, e que evocasse a espiritualidade e o social. Valores adequados e predominantemente qualitativos na escolha do repertório musical poderiam resultar em uma maior eficiência no alcance da meta pretendida.

Uma composição musical se fundamenta em muitos e variados contextos, influenciados pela época, pelo gênero, pelo estilo, pelas ideias, e pelas competências individuais. Os critérios para a escolha dos textos selecionados para esta pesquisa foram preferencialmente qualitativos. O recorte privilegiou três peças musicais, dentro de um extenso universo, diferenciadas, mas que comungam qualquer referência ao Cântico de Maria: o “*Magnificat*” de Johann Sebastian Bach (1685-1750), o “Cântico de Maria”, de autor desconhecido, e a canção “Maria, Maria”, de Milton Nascimento (1942) e Fernando Brant (1946-2015).

COMENTÁRIOS SOBRE AS ESCOLHAS

No “*Magnificat*” de Bach o compositor alemão deixou registrado um momento de elevada inspiração e devoção, immortalizado na música barroca, e que é reproduzido incansavelmente em incontáveis celebrações litúrgicas. Numa interpretação com trinta minutos e doze partes, é um momento de reafirmação da fé. O versículo 54 (“e auxiliou a Israel, seu servo, recordando-se da sua misericórdia”)

inspirou Bach em uma ária a três vozes, femininas, *Suscepit Israel*²⁶, sobre a qual refletiremos.

Apropriado para o cotidiano de eventos litúrgicos, o “Cântico de Maria”²⁷, de autor desconhecido e de fácil apreensão estética, expressa com simplicidade os sentimentos de Maria.

A canção “Maria, Maria” remete à história de mulheres, e ilustra o movimento feminista no Brasil. Na música de Nascimento se faz presente uma vibrante canção popular brasileira, que modernamente expressa uma nova mulher. Sem referir-se explicitamente à Mãe de Deus, a letra de Brant revela várias faces de mulheres, sendo possivelmente um vasto campo de significados do texto original do *Magnificat*. Comparada com o texto de Lucas 1 sua análise pode oferecer perspectivas ainda não reveladas, e por esta razão “Maria, Maria” está incluída como terceira obra musical focalizada no presente estudo.

VISITANDO E RECOLHENDO INFORMAÇÕES SOBRE O *MAGNIFICAT*

De Fiores e Meo (1995, p.813), lembra que no *Magnificat* a anunciação do anjo Gabriel a Maria ecoa, a partir da expressão simples de Isabel, com a presença de conceitos que dizem sobre Deus, sobre Israel, sobre a humanidade e sobre ela mesma, “sua serva”. Maria empresta sua voz a todos aquele que esperam o Redentor. Nesse grande evento conjuga-se a pobreza de Maria com a riqueza divina, e sentimentos humanos diversos e contraditórios.

No início de sua caminhada, a investigadora recorreu a leituras do Antigo Testamento que abordaram a subordinação feminina, chegando posteriormente a momentos mais suaves da condição das mulheres, no tempo de Jesus. Foram

²⁶ “Suscepit Israel puerum suum recordatus misericordiae suae”, texto em latim da Ária referida, no *Magnificat* de Bach.

²⁷ *O povo canta*, 1990, p.40-1.

visitados – e trabalhados – a passagem de At 5, 1-11, sobre “Ananias e Safira”, e o episódio bíblico conhecido como “a mulher siro-fenícia”, de Mc 7, 24-30.

Em vários momentos do Novo Testamento Jesus refere-se às mulheres como sendo suas colaboradoras.

Na linha de pensamento sobre as mulheres acomodadas ao silêncio, autores como Richter Reimer, Souza, Lemos, e Schüssler- Fiorenza continuarão sendo uma ajuda preciosa.

O conhecimento de Maria e sua história terá o recurso de fontes encontradas em Boff, Alvarez, De Fiores e Meo, Reimer, Vasconcellos e da Silva, e na *Lumen Gentium* do Concílio Vaticano II, que resgatou para a humanidade a importância da figura da mãe do Filho de Deus.

Imprescindíveis são os textos de Lutero (1521), em sua interpretação do *Magnificat*, e de Richter Reimer (2016), que realiza uma incursão instigante na análise feita séculos antes por Lutero. Tem-se aí, lado a lado, cada qual com a visão e o pensamento de seu tempo.

As questões ligadas à exegese e à hermenêutica serão trabalhadas com a leitura de autores como Schnelle, Harrington, Wegner e Silvano.

As peças musicais selecionadas para análises – o “*Magnificat*” de Bach, o “Cântico de Maria”, de autor desconhecido, e a canção “Maria, Maria”, de Nascimento e Brant, serão visitadas e revisitadas em partituras, cds, dvds e na literatura especializada sobre estética, gêneros, formas musicais e história da música.

AS TEORIAS REVISITADAS

Um dos conceitos básicos usados na pesquisa é a hermenêutica, em que se busca o sentido e a atualização do texto. Stuart e Fee (2008, p.188-9) explicam-na como sendo a teoria da compreensão do significado de uma passagem. O caráter interdisciplinar da investigação conduz à necessidade de solicitação da hermenêutica bíblica, da hermenêutica literária e da hermenêutica musical. Para que o resultado seja o mais aproximado e seguro possível, a escolha dos princípios que irão nortear a aplicação da interpretação deverá ser adequada e criteriosa.

Na exegese de textos bíblicos foram encontrados quatro tipos de significados: o sentido literal, ou histórico; o sentido alegórico, místico ou espiritual; o sentido anagógico, ou tipológico, que concerne ao fim dos tempos ou à eternidade; e o sentido tropológico (ou moral). O caráter minucioso e profundo da análise exegética permite confiabilidade nos resultados encontrados. Recomenda-se cuidado para que interpretações exageradas de cada um desses tipos de significados não encobrem o pensamento do autor. As fronteiras da interpretação foram estabelecidas pelo Espírito de Deus, e uma correta aplicação da hermenêutica favorecerá o interesse do leitor. Serão destaques do referencial teórico os conceitos ligados às formas e aos gêneros literários, bem como às formas, gêneros, estilos, estéticas, e teorias da música abordados com a leveza necessária e suficiente que o tema requer e exige.

O método histórico-crítico terá a atenção que sua importância solicita, para o desenvolvimento da pesquisa

REFLEXÃO FINAL E CONCLUSÕES INICIAIS

A chegada à descoberta do problema e à elaboração da pergunta realizou-se com algumas conquistas.

Os recortes foram essenciais: as peças selecionadas possibilitarão uma expectativa motivadora, ao se relacionarem e se articularem com o texto de Lc 1, Esse é só o começo, mas o futuro parece promissor...

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Rodrigo. *Maria*. São Paulo: Globo, 2015.

BÍBLIA DE ESTUDO PENTECOSTAL Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: CPAD, 1995.

BÍBLIA SAGRADA DE APARECIDA (SP): Ed. Santuário, 2006.

BOFF, Clodovis M. *Mariologia Social: o significado da Virgem para a sociedade*/ Clodovis M. Boff - São Paulo: Paulus, 2006.

CANCIONEIRO O POVO CANTA. Curitiba (SC): PPL Publicações, 1999.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. *Dicionário de Mariologia*. São Paulo: Paulus, 1995.

FERREIRA, Joel Antônio. *Paulo, Jesus e os marginalizados: leitura conflitual do novo testamento*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás; Ed. América, 2009.

HARRINGTON, Wilfrid J. *Chave para a Bíblia: a revelação, a promessa, a realização*. Tradução de Josué Xavier, Alexandre MacIntyre. São Paulo: Paulus, 2016.

LEMONS, Carolina T. Equidade de gênero: uma questão de justiça social e de combate à violência: idéias religiosas como ângulo de análise. *Mandrágora*. São Bernardo do Campo v.1 n.1 p.76-88, 1994.

REIMER, Haroldo. *O Antigo Israel: história, textos e representações*. São Paulo: Fonte Editorial, 2017.

RICHTER REIMER, Ivoni. *Maria, Jesus e Paulo com as mulheres: textos, interpretações e história*. São Paulo: Paulus, 2013.

_____. Patriarcado e economia política. O jeito romano de organizar a casa. In: RICHTER REIMER, Ivoni (Org.) *Economia no mundo bíblico*. Enfoques sociais, históricos e teológicos. São Leopoldo: Oikós; Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. p.72- 97.

_____. Para uma cidadania plena de mulheres: aspectos históricos-interpretativos de Atos 5, 1-11. In: RICHTER REIMER, Ivoni, organizadora. *Direitos Humanos: Enfoques bíblicos, teológicos e filosóficos*. São Leopoldo: CEBI/Sinodal, 2006. p.119-126.

_____. *O Magnificat de Maria no Magnificat de Lutero*. Estudos de Religião, v.30, n.2. 41-69. maio-ago. 2016. ISSN Impresso 01013-801X-Eletrônico: 2176-1078.

_____. (Org.) *Por amor à vida! Crenças, resistências e conquistas na Bíblia e na atualidade*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. p.93-110.

SCHÜSSLER-FIORENZA, Elisabeth. *Caminhos da sabedoria: uma introdução à interpretação bíblica feminista*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2009.

SILVANO, Zuleica. *Introdução à análise poética de textos bíblicos*. São Paulo: Paulinas, 2014.

SOUZA, Carolina Bezerra de. *Magnificat*: O canto do corpo grávido e pobre. In: REIMER, Ivoni Richter (Coord.). *Por amor à vida!* Crenças, resistências e conquistas na Bíblia e na atualidade. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015, p.93-110.

STUART, Douglas; FEE, Gordon D. *Manual de Exegese Bíblica*. Tradução de Estevan Kirschner e Daniel de Oliveira. São Paulo: Vida Nova, 2008.

VASCONCELLOS, Pedro V.; SILVA, Valmor da. *Caminhos da Bíblia*: uma história do povo de Deus. São Paulo: Paulinas, 2009.

WEGNER, Uwe. *Exegese do Novo Testamento*: manual de metodologia. São Leopoldo/RS: Editora Sinodal, 2016.

BUSCAI EM PRIMEIRO LUGAR A SUA JUSTIÇA: MATEUS 6,25-34

RUBENS ALVES COSTA²⁸

Resumo: O *Sitz im Leben* da comunidade mateana era permeado de fome, sede, desnudos, ansiedades e inquietações. Essas e outras categorias presentes no comunitário mateano tinham suas gêneses na longa dominação interna e externa. O agente de dominação externo era o império romano. Roma tinha dois interesses bem definidos em relação aos povos dominados: o poder e as moedas. A carga tributária imposta por Roma exauria as economias regionais. A dominação interna era executada por agentes indígenas (locais): herodianos, sacerdotes, membros do sinédrio etc., que estavam a serviço dos interesses do dominador externo. Para sobreviver à dominação o evangelista propõe as seguintes metas comunitárias: 1) abandono das prováveis perspectivas de acúmulos pessoal; 2) engajamento no projeto do Reino de Deus e da sua justiça onde todos serão saciados com a justiça; 3) *Praxis* de solidariedade e de partilha como fomentos de consolo aos desolados e

²⁸ Doutorando, mestre em Ciências da Religião pela PUC – Goiás adm.rubensalvescosta@gmail.com

abrigo para aqueles que perderam tudo e agora estão às margens da sociedade. Então, a justiça do Evangelho de Mateus 6,25-34: ordena, repara e cura a sociedade.

Palavras-chave: Justiça, Reino de Deus, Dominação, Evangelho de Mateus, Solidariedade, Partilha.

INTRODUÇÃO

A fome, a sede e os desnudos citados no Evangelho de Mateus no capítulo 6,25-34 têm a sua gênese em três fontes de domínio: 1) na dominação romana e na sua ideologia para a manutenção da paz aos povos conquistados conhecida como a *Pax Romana*. Roma garantia a paz desde que houvesse submissão e fidelidade ao Império (FERREIRA, 2011, p. 72); 2) nos suseranos autóctones nomeados pelos césores para cuidar dos interesses deles; 3) e, nos sumos-sacerdotes do Templo-Estado de Jerusalém juntamente com os seus coligados do Sinédrio.

Entende-se que esses agentes, através de uma tributação de impostos excessiva e injusta, e da concentração de renda e de terras nas mãos de poucas famílias construíaam assimetrias entre as classes sociais daquela sociedade. Como consequência desse *status* de desigualdade a economia entrou em exaustão. A população da base da pirâmide passava fome, estava doente, sem teto e sem terras para produzir os víveres necessários à sobrevivência.

No entanto, para acabar com aquele *status* de fome e miséria era necessário buscar em primeiro lugar a justiça anunciada por Jesus de Nazaré. Abordar que justiça é essa que transmuta uma sociedade injusta em uma sociedade justa e simétrica é a minha proposta.

ENTENDENDO O CONTEXTO

O *Sitz im Leben* da comunidade mateana era permeado de fome, sede, desnudos, ansiedades e inquietações. Essas e outras categorias presentes no comunitário mateano tinham suas gêneses na longa dominação interna e externa da

geopolítica onde provavelmente estava inserida a comunidade do evangelista que já durava mais de um século.

O agente dominador externo era o império romano, que na época da comunidade de Mateus detinha a hegemonia sócio-político e militar da bacia do mediterrâneo. Roma tinha dois interesses bem definidos em relação aos povos dominados: o poder e as moedas que por meio delas mantinha os povos conquistados debaixo de forte jugo. A carga tributária imposta por Roma exauria as economias regionais. Quem não conseguia pagar os tributos impostos por Roma perdia suas propriedades. Os 'inadimplentes' e os seus familiares, em muitos casos, eram vendidos como escravos e escravas para saldar as obrigações impostas pelo fisco romano. Essa metodologia gerava *status* de dívidas impagáveis, pobreza, paralisia social, doenças físicas e mentais na sociedade daquela época.

Os executivos da dominação interna eram os indígenas (autóctones): herodianos, sacerdotes, membros de sinédrio etc., que estavam a serviço do dominador externo.

Em função da enorme extensão geográfica do Império e da complexidade cultural dos povos dominados, Roma delegava a gestão dos seus interesses à nativos que tinham a sua confiança: os suseranos. A dinastia herodiana foi a principal representante de Roma na Palestina do primeiro século a.D. Herodes cobrava impostos abusivos, desapropriava indevidamente as terras do campesinato repassando-as aos seus coligados para que eles as anexassem aos seus latifúndios. Mas, não deixava de maneira alguma de enviar para os césores a quantidade de tributos que eles exigiam. Assim, gestão da dinastia herodiana acabou gerando um *status* de pauperização do campesinato (base da pirâmide) com a consequente formação de bolsões de miséria (favelas) para onde os sem terra e sem teto eram 'assentados' passando fome, sede, doentes, desnudos etc.

Por último, o segmento religioso e os seus coligados do Sinédrio, pelo viés dos impostos e da concentração de rendas, dominavam também os seus patrícios. O *status* de *religio lícita* (religião licenciada) concedido por Roma permitia aos sacerdotes do Templo-Estado continuar cobrando imposto. No entanto, a *Torah* determinava que parte dos valores arrecadados fosse destinada para fomento de causas sociais como atendimento aos pobres, doentes, órfãos, viúvas etc. Porém,

não era isso que os religiosos faziam. Ao contrário, pesquisas arqueológicas mostram que a disposição deles era para acúmulo e não para a partilha solidária (SALDARINI, 2000, p. 243).

Para sobreviver àquele *status* de dominação onde a vida era constantemente ameaçada o evangelista propõe as seguintes metas comunitárias para os membros de sua comunidade: 1) abandono das prováveis perspectivas de acúmulos pessoal. Estas geram ganância e exploração; 2) engajamento no projeto do Reino de Deus e da sua justiça onde todos serão saciados. Esse reino, ao contrário do império dominante; é um reino de paz, regido a partir de uma ordem fundamentada na justiça e em seus derivativos como a igualdade, a simetria etc.; 3) *praxis* de solidariedade e de partilha como fomentos de consolo aos desolados e abrigo para aqueles que perderam tudo e agora estão às margens da sociedade - marginalizados.

A JUSTIÇA MATEANA: ORDENA, REPARA E CURA

Minha hipótese é que a justiça do Evangelho de Mateus 6,25-34 é misericordiosa: ela ordena, repara e cura a sociedade.

ORDENA:

Justiça é uma categoria universal. Ela está presente em todas as culturas e é essencialmente estruturante de igualdade. As sociedades do passado assim como as sociedades contemporâneas ordenam-se a partir do estado de justiça. A existência humana anseia por ela e o desejar justiça grassa os ambientes sociais construídos pelos humanos. Ela exerce funções sociais. Entende-se que a principal função da justiça é a extirpação das construções de assimetrias. Onde há justiça não é potencializada a pobreza, a fome e a miséria. Uma sociedade orientada pela justiça é simétrica e nela as *práxis* geradoras de desigualdades, as quais provocam situações caóticas -, não avançam.

As convulsões sociais na sociedade atual são consequências da ausência de justiça nos contextos onde elas ocorrem. Observações empíricas mostram-me, *a priori*, que a assimetria entre os ricos e os pobres está em um curso de expansão dinâmica sem nenhuma perspectiva de reversão. Isso, só amplia as desigualdades

entre as pessoas e as nações. Assim, independente do formato cultural (se oriental ou ocidental) a cada dia aumenta mais a fenda que divide os ‘desenvolvidos’ dos ‘não desenvolvidos’. E, como consequência desse status observo, também empiricamente, um aumento de grupos, etnias e nações sendo ‘empurrados’ para vivências caóticas. Os movimentos migratórios atualmente em curso (como p. ex. na Síria) e os conflitos urbanos nos bolsões de miséria (como p. ex. nas favelas do Rio de Janeiro) são recortes de segmentos da sociedade em *status* de caoticidade.

Dessa forma, entende-se que a justiça do Evangelho de Mateus 6,25-34 ordena a sociedade a partir da igualdade. Enfim, a justiça tem como função estruturar: o estado de direito; as simetrias sociais e as hierarquias institucionais em formado *primus inter pares*²⁹.

REPARA:

A justiça repara a sociedade quando ela exerce a função de agência denunciadora de relações de dominação. No entanto, entende-se que os reparos feitos por ela não são idênticos àqueles vinculados à justiça retributiva decretada pelo código de Hamurabi. Ao contrário, o reparo ocorre em dois estágios. O primeiro quando faz-se rupturas com sistemas focados na injustiça e nos seus derivativos (como p. ex. o egoísmo, a opressão etc.). E, o segundo, no polo oposto, quando a justiça compromete-se com a simetria social, a fraternidade e a partilha etc. Alguns profetas articulavam a justiça reparadora nas suas prédicas. Eles denunciavam as injustiças do seu tempo, porém a sua maior tarefa era chamar os transgressores ao arrependimento reparador.

Fico perplexo com a indiferença dos agentes governamentais, da sociedade civil e principalmente dos religiosos em relação aos *status* injustos. Ressalvando as raríssimas exceções não vejo nessas categorias interesse na implantação de políticas reparadoras e conseqüentemente erradicadoras das assimetrias sociais. Ao contrário, percebo nos seus programas sociais um vazio de políticas sociais que se

²⁹ Primeiro entre os iguais.

adotadas neutralizariam tanto o surgimento como também o fomento das desigualdades na sociedade.

Em suma, questiono porque não há empenho e nem esforços destes segmentos para reparar e erradicar as injustiças. Os mecanismos responsáveis pela construção e o fomento das injustiças na sociedade como p. ex. a concentração de riquezas e o domínio agrário são historicamente conhecidos. No entanto, o campo religioso fecha os olhos para desigualdades na sociedade. Onde está a voz profética que denuncia a falta de justiça? Incomoda-me o silêncio das 'grandes' confissões religiosas nos dias atuais quando o assunto é a injustiça. Em dimensão idêntica o Estado não cumpre o seu papel de agência implementadora de políticas propulsoras de equidade distributiva que assegurem um *status* de justiça social (COSTA, 2015, p. 385).

CURA:

A justiça cura a sociedade quando ela faz o ser humano ser humano. Parte-se do pressuposto que ser humano é ser bom. E, a partir dessa perspectiva, a conduta humana deve ser orientada para a benevolência, a compaixão, a misericórdia, a abertura ao próximo (KÜNG, 2004, p. 179).

O Evangelho de Mateus 6,25-34 denuncia uma sociedade doente física e emocionalmente. As ansiedades e as aflições da alma em que se encontravam os comunitários refletiam nas suas relações interpessoais sob a forma de egoísmo, acúmulos desnecessários, indiferença em relação ao próximo. Por isso, havia no meio deles: fome, sede, falta de vestimentas (Mt 6,25). A receita prescrita pelo escritor Mateus para a cura da sociedade não foram as categorias vigentes no sistema injusto e maligno da época (Mt 6,34) mas, na justiça do Reino do Pai celeste que é feita de: simetrias; paz; solidariedade; partilha; caridade; bem-estar social (Mt 6,33).

Justiça é o centro organizador e a meta pedagógica do evangelho e da perícopes. Justiça no contexto comunitário mateano era praticar obras de caridade e misericórdia em favor daqueles que passavam fome e estavam desnudos. Quando isso era feito as assimetrias sociais eram desconstruídas. O judeu praticante dessas

categorias sociorreligiosas era considerado pelo evangelista Mateus superior aos escribas e fariseus e também, o verdadeiro cidadão do reino dos céus (Mt 5,20). Portanto, justiça no imaginário judaico era uma categoria mantenedora de simetrias e bem-estar social. No Sermão da Montanha do Evangelho de Mateus (capítulos 5 a 7) há uma enfática orientação para que os discípulos exerçam uma justiça que seja superior à justiça exercida pelos seus pares relacionais que era focada no cumprimento da lei e não em obras caritativas (OVERMAN, 1997, p. 97-99). Portanto, para o evangelista Mateus, justiça não era somente uma meta religiosa, mas, também, uma meta sóciocomunitária.

CONCLUSÃO

O objetivo geral foi mostrar que o Evangelho de Mateus 6,25-34 foi escrito para denunciar as injustiças vigentes nos ambientes que influenciavam a comunidade mateana. E, que, categorias como: o materialismo, o egoísmo, a falta de solidariedade e de partilha; constroem e fomentam *status* de mal-estar social.

E, também: 1 – **evidenciar** que a injustiça é uma construção de diversos institutos como: governo, sociedade civil, religioso etc. Essas instituições acomodam-se ao *status quo* vigente e dele tiram vantagens. E, assim elas não têm interesse em se opor (combater) às injustiças de onde estão inseridos; 2 – **evidenciar** que as *práxis* comunitárias da fraternidade da partilha são eficientes potencializadoras para transmutar *status* de mal-estar social (injustiça) em bem-estar social (justiça); 3 – **evidenciar** que a meta social jesuânica - sintetizada na expressão “seu reino e a sua justiça” -, era acabar com a injustiça e assim estabelecer a igualdade entre os humanos - a justiça do reino e, 4 - **evidenciar** que a justiça do Evangelho de Mateus 6,25-34: ordena; repara e cura a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARENS, Eduardo. *Ásia Menor nos tempos de Paulo, Lucas e João: aspectos sociais e econômicos para a compreensão do Novo Testamento*. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

BAUMAN, Zigmunt. *Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna*. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

COSTA, Rubens Alves. O sermão escatológico do evangelho de Mateus e a injustiça social. Goiânia: *Fragmentos de Cultura*, v. 25, n. 3, p. 379-392, 2015.

FERREIRA, Joel Antonio. *Paulo, Jesus e os marginalizados: leitura conflitual do novo testamento*. 2. Ed. Goiânia: Ed. da PUC; Ed. América, 2011.

GENDRON, Philippe. *Medo e fé no evangelho de Mateus: o ato de crer nos dias de hoje*. Tradução de Magno José Vilela. São Paulo: Paulinas, 1999.

HORSLEY, Richard A. *Jesus e o império: o reino de Deus e a nova desordem mundial*. Tradução de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2004.

KOESTER, Helmut. *Introdução ao Novo Testamento, volume 1: história, cultura e religião no período helenístico*. Tradução de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2005.

KÜNG, Hans. *Religiões do mundo: em busca dos pontos comuns*. Tradução de Carlos Almeida Pereira. Campinas, SP: Verus Editora, 2004.

LOHSE, Eduardo. *Contexto e ambiente do Novo Testamento*. Tradução de Hans Jorg Witter. São Paulo: Paulinas, 2000.

MALINA, Bruce J. *O Evangelho social de Jesus. O reino de Deus em perspectiva mediterrânea*. Tradução de Luiz Alexandre Solano Rossi. São Paulo: Paulus, 2004.

OVERMAN, J. Andrew. *O Evangelho de Mateus e o judaísmo formativo: o mundo social da comunidade de Mateus*. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Loyola, 1997.

RICHTER REIMER, Ivoni. Patriarcado e economia política. O jeito romano de organizar a casa. In: RICHTER REIMER, Ivoni (Org.). *Economia no mundo bíblico: enfoques sociais, históricos e teológicos*. São Leopoldo: CEBI; Sinodal, 2006, p. 72-97.

SALDARINI, Anthony J. *A comunidade judaico-cristã de Mateus*. Tradução de Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Paulinas, 2000.

STORNILOLO, Ivo. *Como ler o evangelho de Mateus: o caminho da justiça*. São Paulo: Paulinas, 1990.

STEGEMANN, Ekkehard W.; STEGEMANN, Wolfgang. *História social do protocristianismo*. Tradução de Nélio Schneider. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 2004.

WENGST, Klaus. *Pax Romana: pretensão e realidade: experiências e percepções da paz em Jesus e no cristianismo primitivo*. Tradução de Antônio M. da Torre. São Paulo: Paulinas, 1991.

“Por mais poderosa que seja a lei, ela não terá condições de fazer nascer a igualdade. Ela é uma virtude humana e, como tal, precisa ser humanamente percebida e praticada” - **ENGELMANN**, Wilson -2008.

O SACROSSANTO CARÁTER DOS NÚMEROS

SELMA MARQUES DE PAIVA³⁰

Resumo: Os números portam uma verdadeira aura de mistério, além de sua aplicação na prática, isso se explica porque são abstratos. Era comum, nas sociedades antigas, atribuir significado especial aos números. Pitágoras, filósofo e matemático grego do sexto século a.C, argumentava que todo o universo era expressão de ordem e proporcionalidade e preconizava o fato de que todas as coisas podiam ser reduzidas a padrões numéricos. Desde então, é comum, utilizar-se de leituras numéricas para predições, interpretação de sonhos, bem como para auxílio à memorização. Uma das primeiras lições relatadas no livro do Gênesis, afirma que Deus criou o mundo em seis dias e descansou no sétimo. Parece-nos que todos os sistemas de misticismo religioso se baseiam nos números. O presente

³⁰ Doutoranda em Ciências da Religião PUC Goiás, Bolsista CAPES/PROSUC, Mestre em Matemática pela UFG, Professora no CCET-UEG, e-mail: selmapaivaueg@gmail.com

trabalho objetiva apresentar um breve histórico dessa sacralidade dos números que tem início no número um, trazendo à tona fatos sobre a escola pitagórica. Todos os números listados na Bíblia, em qualquer combinação, ou mesmo multiplicados, representam ideias filosóficas, que se relacionam a um fato físico ou moral da natureza. A escola pitagórica era permeada por ciência e religião. O presente estudo se dará por meio de pesquisa bibliográfica e virtual. Pretende-se relatar, ainda, que a propriedade dos números poderem se combinar de diferentes maneiras sugere seu atributo de possuir algo sagrado, capaz de expressar tudo.

Palavras-chave: Misticismo. Gematria. Números. Bíblia.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que os números possuem uma enorme utilidade no cotidiano. Para além de mensurar o tempo, distâncias, temperaturas, quantidades, volumes, pesos, pressão e valores monetários, os números portam uma humanidade, por vezes, imperceptível.

Os números têm uma humanidade, porque são parte da configuração cultural, porque são fragmentos do capital cultural, das objetividades da imaginação humana. São grafias possíveis do sempre mais amplo estoque de experiências acumuladas e de leituras cognoscentes. São humanos os números, porque são criações humanas. (MENDES, 2006, p.vi)

Boyer (1998) cita que boa parte do que hoje se chama de matemática deriva de ideias que originalmente centravam-se nos conceitos de número, grandeza e forma. Segundo o mesmo autor, os matemáticos desempenham uma atividade intelectual altamente sofisticada, que não é fácil de definir.

A MATEMÁTICA PITAGÓRICA

Pitágoras de Samos (580-497 a.C.), embora jônio de nascimento, figura uma personalidade ainda obscura devido à perda de documentos relativos à época e,

também, do fato de que a ordem fundada por ele era secreta. Ele descobriu que os intervalos musicais expressavam-se em termos de relações numéricas. Desta forma, ele encontrou a chave para a compreensão de todas as diferenças qualitativas, é o que nos relata Ribeiro (2008. p. 62):

[...] (a música produz até sentimentos os mais diferentes) como variação quantitativa. Encontrou também um sentido bem determinado para a razão, a relação entre duas medidas numéricas, aquilo que matematicamente se expressa numa fração, numa razão de um para outro, como é o caso da porcentagem, que tem sempre o denominador 100. A relação entre razões é proporção. E é assim que “o céu todo é harmonia e número”, pois o movimento dos astros também é segundo proporção, e os homens só não ouvem a sinfonia das esferas porque seus ouvidos são estreitos demais para captar pulsos de descomunal medida. E todas as coisas terrenas também são proporções. O devir é como um cálculo. Caso se queira saber quem faz esse cálculo, talvez o mais correto seja conjecturar que, para um pré-socrático do século sexto, só a Necessidade (Anánke) pode ocupar esse papel.

Acredita-se que Pitágoras e seus seguidores investigaram as relações matemáticas e descobriram vários fundamentos da física e da matemática, bem como confiavam no estudo da matemática e da filosofia como base moral para a conduta. Fica evidente o fato de que os pitagóricos desempenharam papel significativo na história da matemática, além de espalharem suas crenças por praticamente todo o mundo grego.

De acordo com a escola pitagórica, que era politicamente conservadora e tinha um código de conduta bem rígido, a essência - princípio fundamental que forma todas as coisas - é o número. Os pitagóricos não distinguem forma, lei, e substância, considerando o número o elo entre estes elementos. Para os adeptos desta escola existiam quatro elementos: ar, terra, água e fogo. Os mesmos aceitavam a doutrina da metempsicose – ou transmigração das almas.

Como dito anteriormente, o lema da escola pitagórica era “Tudo é número”. Nessa escola, estudava-se Filosofia, Política, Astronomia, Música, Religião e Matemática. A escola pitagórica era uma entidade idealizada por um desígnio ético-religioso e regida por um conjunto de normas. Seus adeptos se reconheciam por

meio de sinais secretos, sendo impostos a uma modéstia em seu vestuário pessoal e certas limitações no quesito dieta alimentar (KAHN, 2007).

Boyer (1998) retrata o fato de que os integrantes dessa escola adotavam rituais de purificação das almas, onde as harmonias e mistérios da filosofia e da matemática eram partes essenciais nesses ritos. Desta forma, em toda a história da humanidade, nunca a matemática teve tamanha importância religiosa. A estrela de cinco pontas inserida em um pentágono (Figura 1) – pentagrama - era tida como o principal símbolo da escola pitagórica, que possui algumas propriedades interessantes.

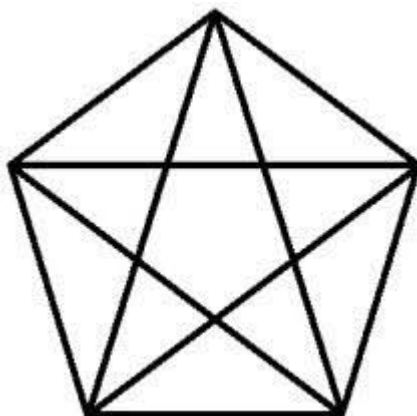


Figura 1: O pentagrama dos pitagóricos³¹

Saboya (2015) cita que os pitagóricos defenderam a concepção de que assim como os números derivam-se da soma de pares e ímpares, as coisas encerram determinações opostas, como as de limitado e ilimitado, dando aspecto metafísico à afirmação de que o número é a essência das coisas. Desse modo resulta que todas as coisas são vistas como conciliação de opostos, ou seja, como harmonia. Baseando-se em Aristóteles, os pitagóricos distinguem dez pares de contrários:

Limitado	Ilimitado
----------	-----------

³¹ Fonte: Disponível em: <<http://gavetadebaguncas.com.br/pentagrama/>> Acesso em 26 jul. 2018.

Ímpar	Par
Uno	Múltiplo
Direito	Esquerdo
Macho	Fêmea
Imóvel	Móvel
Reto	Torto
Luz	Escuridão
Bem	Mal
Quadrado	Oblongo

Saboya (2015) adverte, ainda, que o pitagorismo assume, dessa forma, um caráter dualista, que vem a ser sobrepujado graças à tese segundo a qual assim como do “uno” primitivo brotou tanto a série dos números pares, como a de números ímpares, todas as antíteses percebidas no universo acabam por ceder passo a uma grande unidade harmônica.

A SEMIÓTICA NUMÉRICA

Vale salientar que um número considerável de estudiosos cogitam ser possível qualificar o pitagorismo tanto como uma organização ético-religiosa quanto filosófico-científica. Nota-se que religião e filosofia são indivisíveis no relato do pitagorismo. Andrade (2004, p. 3) cita que:

Pitágoras foi o primeiro a introduzir ideias filosóficas na matemática, fornecendo-lhe uma sistematização que jamais tivera. Elaborou um método de abordagem dos problemas e trouxe à matemática a consonância e a harmonia. Introduziu também uma aplicação simbólica e alegórica da matemática; desse modo, utilizava os números para representar alguns deuses e determinadas ideias abstratas. Este simbolismo foi utilizado para explicar a origem do cosmo. Os pitagóricos acreditavam que os números tinham uma vida à parte, existindo por si mesmo, independente da mente humana.

Para os pitagóricos alguns números apresentavam significados, o um era Deus; o dois representava a matéria; o três era relacionado ao céu; quatro agregava

a justiça; cinco delineava o casamento; o sete era outorgado aos principiantes na escola pitagórica; dez estava ligado à perfeição; doze compreendia o universo. Ao se fazer uma referência à geometria, um lembrava o ponto; dois à reta; três era tido como plano; quatro o volume. Provavelmente Pitágoras percebeu a modesta ligação entre matemática como perfeição e religiosidade de um único Deus, deixando um cenário politeísta para um registro da crença monoteísta. Silva (apud Burkert, 1972, p. 466) nos traz a seguinte informação:

Número e ciência matemática não são de maneira alguma equivalentes. Números remetem em origem para as névoas dos tempos pré-históricos, mas a ciência matemática, propriamente, não surgiu mais cedo do que na Grécia do século VI ou V. As pessoas conheciam os números antes da matemática *stricto sensu*; e foi na era pré-científica que surgiu o “misticismo numérico”, ou “simbolismo numérico” ou “numerologia”, que ainda hoje continua a exercer certa influência. Ninguém pode ignorar o fato de que esse tipo de coisa estava presente no pitagorismo.

Vê-se que as pesquisas de Pitágoras e dos pitagóricos buscavam o divino, o seu retorno, e, com o intuito de atingir tais objetivos, os mesmos preconizavam uma matemática integrada a diversos outros conhecimentos, como música, astronomia, religião, política, vegetarianismo, dentre outros. Vale lembrar que o vegetarianismo está intrinsecamente aliado à doutrina da metempsicose e ao parentesco universal entre todas as criaturas.

Almeida (2002) nos relata que as características que os números possuem de se combinarem de vários modos, de se escrever cada um de várias maneiras, indica terem algo de sagrado, nos impelindo a considerá-los como uma espécie de língua universal, apta a expressar tudo. O mesmo autor nos diz ainda que a conexão de números com nomes era clássica na linhagem suméria.

É provável que a origem do misticismo numérico, desenvolvido pela escola pitagórica, tenha motivado demasiadamente o simbolismo numérico subsequente, até mesmo a numerologia moderna. Almeida (2018, p.145) faz uma explanação a respeito da doutrina do nome, dizendo que:

[...] a doutrina do nome, de que uma coisa passa a existir quando recebe um nome, constituía concepção muito difundida entre os povos da antigüidade, especialmente entre os mesopotâmios. Também estes desenvolveram o conceito de que nome = número. A doutrina do nome pode ser reformulada assim: uma coisa passa a existir quando recebe um número = nome. Logo, todas as coisas que

existem têm número. Ora, isso nada mais é do que a doutrina da escola pitagórica: "Tudo (todas as coisas que existem) é número".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar os pitagóricos como sendo os precursores do misticismo numérico, segundo a ideologia de que tudo era número. Quando nos referimos ao misticismo numérico tradicional é sabido que ele associava nomes, palavras ou passagens a números. Uma importante passagem bíblica que faz alusão a esse misticismo numérico é o número da besta (666), aqui com um caráter maligno tendo em vista a associação ao Anticristo no livro do Apocalipse. Tais concepções levam muitos adeptos da numerologia moderna a modificarem seus nomes ainda hoje.

Percebemos que Pitágoras e seus seguidores acabaram ficando famosos por tratarem o número como a verdadeira essência, o princípio de tudo. No entanto, vimos que seus interesses não se restringiam apenas à Matemática, mas também mostraram interesse por outras áreas do conhecimento: filosofia, religião, misticismo, política, ética, vegetarianismo.

Vimos que as pesquisas de Pitágoras e dos integrantes da escola pitagórica compreendiam a busca pelo divino e resguardavam uma matemática integrada a diversos outros conhecimentos, como astronomia, política, música, vegetarianismo, religião, dentre outros. Essa curiosidade, por parte de Pitágoras e de seus seguidores, por uma gama de conhecimentos nos motiva a presumir uma viabilidade de uso das ideias pitagóricas como representação de vínculo entre os diversos componentes curriculares atuais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manoel de Campos. *Platão Redimido: A Teoria dos Números Figurados na Ciência Antiga & Moderna*. Curitiba, Champagnat, 2002.

ALMEIDA, Manoel de Campos. *A Lógica do Sobrenatural - As Etnológicas das Sociedades Primitivas: Magia, Religiões, Deuses e Mitos*. Curitiba, edição do autor, 2018. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Manoel_Almeida/publication/325094636_A_Logica_do_Sobrenatural_-_Acesso em 28 jul. 2018.

ANDRADE, Alexsandra Oliveira. *Pitágoras*. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Disponível em:

<<http://www2.uesb.br/cursos/matematica/maticavca/wp-content/uploads/cc4.pdf>> Acesso em 28 jul. 2018.

BOYER, Carl B. *História da Matemática*. Tradução de Elza F. Gomide. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher LTDA, 1998.

KAHN, Charles H. *Pitágoras e os pitagóricos: uma breve história*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Loyola, 2007.

MENDES, Iran A. *Números: o simbólico e o racional na história*. São Paulo: Livraria da Física, 2006.

RIBEIRO, Luís Felipe Bellintani. *História da filosofia I*. Florianópolis: Filosofia/EaD/UFSC, 2008. Disponível em:

<https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1034705/mod_resource/content/1/Ancient%20philosophy%2C%20RIBEIRO%2C%20L.%20F.%20B.%20Hist%C3%B3ria%20da%20Filosofia%20I%2C%20livro%20do%20EaD.pdf> Acesso em 28 jul. 2018.

SABOYA, Maria Clara L. Pitágoras: todas as coisas são números. *Educação, Gestão e Sociedade*: revista da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2179-9636, Ano 5, número 19, agosto de 2015. Disponível em:

<http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509162118.pdf> Acesso em 28 jul. 2018.

SILVA, Josildo José Barbosa da. *Eram realmente pitagórico(a)s os homens e mulheres catalogado(a)s por Jâmblico em sua obra “Vida de Pitágoras”?*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.